jornal da UNICAMP

Campinas, fevereiro de 1987 — Ano I — n.º 6

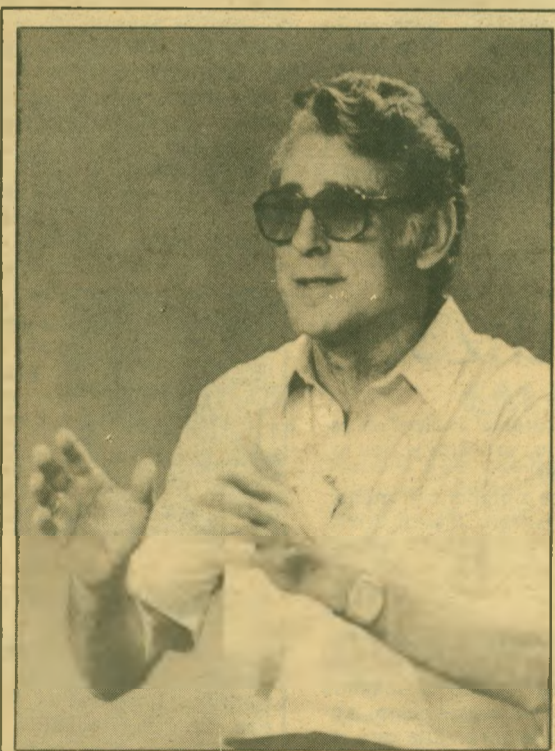
O governador sai tranqüilo

Ninguém nega que, quando o ex-senador André Franco Montoro chegou ao Palácio dos Bandeirantes, em março de 198 , encontrou as três universidades estaduais paulistas em situação de quase indigência e pelo menos uma — a Unicamp — mal convalescendo de grave conflagração. Quantos hoje estariam dispostos a reconhecer que, quatro anos depois, as três se acham recuperadas política e financeiramente? No caso específico da Unicamp, é preciso não esquecer também que foi no seu mandato que, pela primeira vez, a Universidade ultrapassou os limites do ensino e da pesquisa para assumir responsabilidades de governo e passar a definir políticas de grande alcance social. **Página 3.**

A Constituinte não é panacéia

O Brasil instalou, neste início de mês, uma nova Assembléia Nacional Constituinte. Espera-se redigir, em uns poucos meses, a oitava Carta Magna desde o Grito da Independência. Para isso lá estão, no Congresso, 487 deputados e 72 senadores — boa parte eleita no recente pleito de novembro passado. O que se pode esperar da nova Constituição? Ela resolverá por si só os problemas nacionais? A experiência diz que não. Mas pode ajudar. **Página 4.**

Retrato do artista enquanto mestre

Ele já estava com 27 anos quando recebeu a informação de que as artes visuais tinham sofrido um abalo em 1922, isto é, 46 anos antes. Não se envergonha disso: de 1958 para cá ele só tem crescido e seu trabalho multifásico e ágil é referência obrigatória em qualquer levantamento sério da produção contemporânea brasileira de arte. Na **página 10**, um perfil de Bernardo Caro.

Nicarágua: o fuzil não mata a cartilha

A Nicarágua não é apenas um país envolto num drama cruento onde geralmente faz o papel de Davi contra Golias. Seu povo enfrentou também uma outra espécie de inimigo: o analfabetismo. Mas essa batalha Davi venceu com folga. Na **página 8**, um pingue-pongue com o secretário geral do Ministério da Educação nicaragüense, Juan Arien.

'Publicar ou morrer', será esta a questão?

É tão importante assim publicar nas revistas especializadas estrangeiras? Para o prof. Rogério Cerqueira Leite, é a única forma de incorporar os resultados de uma pesquisa ao corpo do conhecimento universal. Para o prof. Bernardo Beiguelman, pode ser uma armadura onde a pesquisa nacional se rende aos moldes do figurino internacional, que nem sempre nos interessa. Veja na **página 6.**

Micro entra na casa do docente

Após deflagrar um processo de informatização de seus setores de pesquisa, ensino e administração, a Unicamp começa agora a levar o computador à casa de seus professores. A participação no programa é voluntária e, através dele, o professor terá acesso permanente às informações centralizadas na Universidade e ao sistema nacional Renpac. **Página 7.**

Opinião

Os desafios da reforma

José Carlos Folegatti

Tema atual, embora ressurgindo com freqüência e até insistência, a reforma administrativa tem sido anunciada, planejada, implantada, estudada e refletida quanto aos seus objetivos e resultados atingidos.

A Universidade lança-se num programa de reforma não por modismo ou simples aventura, mas pela necessidade de alcançar resultados que favoreçam uma administração mais dinâmica, participativa e criativa. Constituiu-se, inicialmente, por isso, um grupo que conta com integrantes oriundos de variadas áreas de conhecimentos, exatamente com o intuito de contar com um melhor poder de autocrítica.

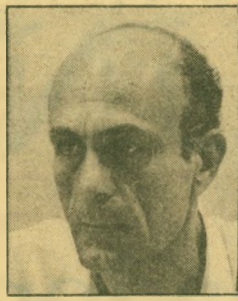
Conhecer-se a si mesma, seus pontos positivos e negativos, pode dar à administração os primeiros parâmetros de atuação. Detectar sua problemática, sem máscaras ou receios, e colaborar com a elaboração de um plano estratégico para a implementação da reforma, deve ser um papel a ser desempenhado por todos que atuam direta ou indiretamente na área administrativa.

Não se pode correr o risco de implantação de uma reforma administrativa sem levar em conta o fator humano. Somente há pouco tempo a administração despertou para a importância do investimento em recursos humanos, criando melhores perspectivas salariais e cursos de treinamento, mas o simples treinamento é uma medida deveras modesta para a magnitude das mudanças pretendidas. Como o contorno do plano de reforma está-se demonstrando inovador e ambicioso, torna-se imperativo que o investimento nesta área também o seja.

A rotatividade de pessoal tem se tornado inquietante para as chefias que vêem desmoronar, muito freqüentemente, planos inteiros de trabalho calcados em equipes que, entretanto, se desfazem em curto espaço de tempo, com a transferência de elementos para outras áreas, em especial para o setor privado.

Daí a necessidade de, além de uma reavaliação constante da questão salarial, manter a motivação profissional do servidor. A motivação, mola mestra do espírito criativo e participativo, não se mantém tão-somente com uma remuneração adequada; outros mecanismos capazes de aumentar a satisfação no ambiente de trabalho, fazem-se indispensáveis. Oferecer oportunidade de atualização profissional, de acesso a técnicas administrativas modernas, atribuir maior autoridade, introduzir tarefas novas e desafiantes são alguns meios de desenvolvimento de pessoal.

A formação de recursos humanos próprios é outra preocupação — e é objetivo que deve transcender inclusive o da reforma administrativa e atingir um plano de capacitação que permita, com regularidade, a ascensão da "prata da casa" a cargos de maior relevância.

O planejamento de instalações físicas adequadas para o desempenho das atividades cotidianas, contribuinte da segurança e satisfação no trabalho, deverá ganhar maior desenvoltura. Nota-se, ainda, no sistema atual, a presença do excesso de formalismo, a adoção de soluções setoriais não sistêmicas, a centralização de decisões e a resistência às mudanças em algumas áreas. Tudo isso, com certeza, será revisto.

José Carlos Folegatti é subcoordenador administrativo da DGA e membro do Grupo de Reforma Administrativa (Gerad).

Entendemos a reforma não apenas sob o ângulo estrutural e formalístico, mas, por sua amplitude, sob os aspectos que deverão atuar na cultura administrativa presente. A instituição de canais de comunicação e participação neste processo, a descentralização da decisão, para que esta possa ser tomada em níveis mais próximos à ação (fator e dinamização das atividades), a clara definição das atribuições de cada órgão (estabelecendo-se, assim, os limites de autoridade e responsabilidade) são pontos a serem contemplados em primeira instância, pois valorizam e convocam à participação no processo de decisão de todo o corpo administrativo, da base ao topo da estrutura organizacional.

Liberdade para criar

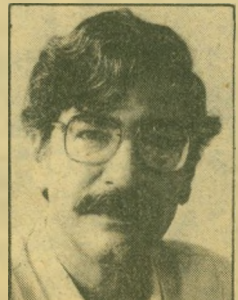
José Carlos Valladão de Mattos

No início deste século, exatamente no dia 14 de dezembro de 1900, Max Planck apresentou, perante a Sociedade Alemã de Física, um trabalho sobre omissão de luz por corpos superaquecidos, que revolucionou não só a Física da época, como a própria vida do homem. Foram necessários 25 anos para que a teoria quântica da matéria evoluísse das idéias de Planck até a forma atualmente estabelecida. Não houve, praticamente, ramo de ciência que ficasse alheio ao impacto causado pelo trabalho de Planck, apesar de, na época de sua apresentação, não se ter dado muita importância ao mesmo.

O problema que Planck e seus contemporâneos enfrentavam naquela ocasião era formular uma teoria que explicasse a forma do espectro de luz irradiada por corpos sólidos superaquecidos; isto é, a distribuição de intensidade de luz emitida pelo corpo, em função da freqüência da luz emitida. A forma do espectro era muito bem conhecida experimentalmente, mas todas as tentativas de formulação de uma teoria, baseada nos conhecimentos da época, fracassavam.

Havia, portanto, que se fazer novas hipóteses,novas sugestões, e Planck, apesar de hesitar por longo tempo em aceitar sua própria idéia, teve a coragem de assumi-la perante o mundo científico. O ponto crucial de sua teoria foi admitir que a energia dos elétrons que compunham o corpo aquecido só poderia assumir valores discretos, múltiplos de uma energia fundamental; isto ia frontalmente contra todas as teorias sobre a matéria, conhecidas na época. E o problema do espectro da emissão foi resolvido. Mas, não só este problema. Este fato, esta idéia arrojada, lançada para solucionar um problema teórico, aparentemente sem muita importância, desencadeou quem sabe a maior revolução nas ciências, fruto de uma casualidade absoluta e, talvez, impar.

A porta para o entendimento da constituição da matéria tinha sido aberta, e não só isto, entendeu-se as interações da luz com a matéria, processos biológicos fundamentais como hereditariedade foram elucidados, a química pôde ser colocada fora do contexto meramente experimental e aclararam-se as razões das regras de combinações entre elementos e sua constituição eletrônica. Chegou-se ao âmago do átomo, a seu núcleo, e entendeu-se a radioatividade e aprendeu-se a usar a energia nuclear, e a matéria em seu estado condensado ou sólido deu ao homem uma miríade de aplicações tecnológicas, uma vez elucidados seus processos fundamentais; elucidaram-se processos que ocorrem a milhares de anos-luz da terra, nas profundezas do Universo e até mesmo se abriram perspectivas reais de entender-se a própria origem e formação do Universo. A lista é longa, talvez interminável. O homem apenas aprendeu a engatinhar.

Transformações profundas no conhecimento do homem e mesmo em seu comportamento ocorreram como conseqüência daquele despretensioso trabalho apresentado naquele longínquo dia de dezembro. Transformações absolutamente impossíveis de serem previstas ou sequer vislumbradas.

José Carlos Valladão de Mattos é pró-reitor de Extensão e professor do Instituto de Física "Gleb Wataghin".

Assim é e tem sido sempre a ciência. É absolutamente imperativo a liberdade de o pesquisador trabalhar naquilo que desperta sua curiosidade, que aguça sua imaginação, que o excita e rouba seu sono. O resultado de uma pesquisa científica não pode ser totalmente avaliado **a priori** e muito menos ser sumariamente descartado por não apresentar perspectivas visíveis de aplicações tecnológicas imediatas.

Há quem ache que assim procedendo a ciência sai muito cara e, portanto, não vale a pena. Há até alguns eminentes políticos mais corajosos (ou ignorantes?) que defendem em público que um país subdesenvolvido não precisa de ciência. Isto não é só um erro terrível, mas também uma temeridade para o futuro da nação. Ciência desenvolvida significa capacitação tecnológica, independência, desenvolvimento, bem-estar para a população e, acima de tudo, para um país subdesenvolvido, a possibilidade de quebrar os grilhões vergonhosos que o atrelam aos países que tiveram consciência destas potencialidades e as usaram. Esperar que países desenvolvidos façam ciência para nós e elevem nosso nível cultural, é, no mínimo, ingenuidade ou conivência com a dominação política e econômica do país.

Sim, é oportuno dizer

Jarbas Valois Durso

Lido com a linguagem (noite e dia). Pretenso poeta. Dirimo anuência. Fr-aciono por demasiada completude ela mesma. Linguagem.Fr-aturo a expressão em tempos de **ad-ágio**. Propiciação.

Oportuno dizer
A necessidade faz o homem
A ocasião faz o ladrão
Explicação? Tem não
(Loiso)

Vou contra. Explico(-me). Sob a máscara do adágio, dito popular, abriga-se a rigidez conceitual. Em tempos políticos tudo é exorbitantemente relativo. Uma e outra não calham.

A linguagem: mediação entre o homem e a sociedade. Para o poeta, **é oportuno dizer**. Inicia-se aqui o trajeto lúdico. Exemplos do proverbial 'a necessidade faz o homem'? Um qualquer que haja dado a vida para superar tal carência. Necessário citar algum exemplo para o fatídico 'a ocasião...'?

Mas... e o insubstituível lúdico? A estruturação sintática dos provérbios, seu arranjo léxico **propiciam**...

Ruptura. Expõe-se a hipocrasia latente. **A necessidade faz o ladrão**. Justific-ativa? Um ser ganhando um mínimo não salário, ocupando barraco já ocupado por mulher e penca de filhos. Saída? Frágil naufr-ágio. Pois é...

Impostura. **A ocasião faz o homem**. Puxem pela memória. Na fantástica Belíndia havia um governante alçado à máxima grandeza pela morte do que fora eleito. Antecedentes? Quem se lembra? Dia que remotas ligações com a liderança do partido do governo regido por ditadura militar. Só resta pôr os bigodes de molho. Apan-ágio precípite.

Expectativas para 87? Números trocados: 78, 78 r.p.m. imprimindo desabalada burundanga em discurso político devagar-quase-parando. Discursos de 45 em rotação 78 (versão 87). Incompreensível?! O momento é político, para o político é **dizer oportuno**. Em causa própria.

Defesso, fino. Lido com a linguagem.

Jarbas Valois Durso é pós-graduando em Teoria Literária no IEL e professor de Letras na Faculdade N. S. Medianeira.

CARTAS

Sr. Editor:

Com referência ao artigo "Quem tem medo da reforma?", do prof. G. Giovanni (**Jornal da Unicamp n.º 4**), dentre os diversos aspectos importantes por ele assinalados, a Diretoria da ASSUC gostaria de comentar um deles, o qual dá prova da visão competente de quem vem dirigindo a Coordenadoria da Administração Geral da Unicamp.

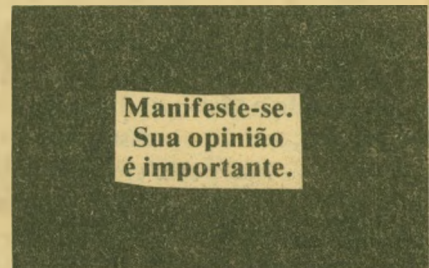
A sensibilidade que o prof. Giovanni vem demonstrando em face aos sérios problemas da administração universitária, contrastando com a indiferença de um grande número de docentes, fez com que no citado artigo ele levantasse de forma incisiva o debate sobre a responsabilidade da direção da burocracia interna; sobre a discriminação e o preconceito social que, dentro da comunidade universitária, levanta a "muralha" entre alunos, funcionários e docentes. Nada como a dura experiência de dirigir a DGA, sendo docente, para, num real processo de empatia, verificar que a irresponsabilidade coletiva é que é a causa maior das dificuldades ora enfrentadas.

A organização burocrática, apanágio da evolução rumo à complexidade da organização dos negócios públicos e privados, requer dos Agentes Sociais uma postura madura e convergente ante à assunção das responsabilidades individuais dentro da organização burocrática. Numa universidade pública, voltada para o bem comum, processando recursos públicos, o sentimento de coletividade, de integração e de cooperação deve sobrepor-se aos valores egoísticos que vigem nesta sociedade atomizada pelo espírito capitalista. Cabe às mentes instruídas, responsáveis pelo progresso científico, tecnológico e cultural gestado dentro da universidade pública, contribuir, a partir de seus próprios nichos, com a eliminação das barreiras e da discriminação social.

A pergunta do articulista parece dirigida às elites pensantes da Unicamp. A ASSUC, que procura defender a parcela oprimida desta comunidade, comunga com as preocupações do prof. Giovanni e aguarda respostas. **Edison de Souza Barreto**, presidente da Associação dos Servidores da Universidade de Campinas (ASSUC).

▼

Apreciamos a reportagem sobre o Centro de Documentação do IEL — Acervo Oswald de Andrade, publicado no **Jornal da Unicamp** n.º 4 do corrente mês. Todavia, gostaríamos de observar que, conforme o compromisso entre este jornal e o referido Centro, não foi fornecida a fonte de empréstimo da fotografia publicada. Além disso, gostaríamos de informar que, ao contrário do que foi divulgado, D. Adelaide Guerrini de Andrade não foi mulher do escritor Oswald de Andrade. **Maria Eugenia Boaventura**, Coordenadora do Centro de Documentação do IEL-Unicamp.

O "Jornal da Unicamp" esclarece: D. Adelaide Guerrini de Andrade, que cedeu parte do acervo do escritor à Unicamp, era esposa de Oswald de Andrade Filho. Quanto à foto do escritor publicada na edição n.º 4, deve-se creditá-la ao Centro de Documentação do IEL.

jornal da UNICAMP

Uma publicação da Universidade Estadual de Campinas
Reitor: Paulo Renato Costa Souza
Coordenador Geral da Universidade: Carlos Vogt
Pró-reitor de Graduação: Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Pós-Graduação: Bernardo Beiguelman
Pró-reitor de Pesquisa: Hélio Waldman
Pró-reitor de Extensão: José Carlos Valladão de Mattos
Pró-reitor de Desenvolvimento: Ubiratan D'Ambrósio
Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Cep 13081, Campinas, SP. Telefone: (0192) 39-3134/39-3148. Telex (019) 1150.
Editor: Eustáquio Gomes
Redatores: Amarildo Carnicel, Antônio Roberto Fava, Graça Caldas, Marcus Vinicius Ozores.
Fotografia: Antoninho Perri
Diagramação: Roberto Costa (interino)
Paste-up e arte final: André Alvares e Clara Eli Salinas
Serviços Técnicos: Sônia Regina T.T. Pais e Clara Eli Salinas

Entrevista: governador Franco Montoro

"Governei ao lado da Unicamp"

*Pode haver quem não goste do seu estilo, mas não se pode deixar de gostar de alguns dos números que ele apresenta ao final de seu governo. Por exemplo: de 1983 a 1986, a participação do orçamento das universidades estaduais paulistas no orçamento do Estado saltou de 3,19% a 3,79%. No plano geral, ele baixou o déficit orçamentário de 9,7% para 0,6%. Nesta entrevista para o **Jornal da Unicamp**, o governador garante que fez o que pôde e sai em paz consigo mesmo.*

Jornal da Unicamp — Há uma certa unanimidade entre as três universidades estaduais paulistas quanto à qualidade do tratamento que lhes foi dispensada por seu governo. Perguntamos: o sr. ficou satisfeito com o desempenho das universidades?

Montoro — De fato encontrei as três universidades em situação de crise, algumas delas até com dependências ocupadas e com sentenças de despejos decretadas pela justiça. Através de processos democráticos de entendimento, com a colaboração dos segmentos dos professores, alunos e funcionários das universidades, nós conseguimos encontrar os caminhos da reconstituição dessas três instituições. Hoje as três estão pacificadas, contam com três grandes reitores e um processo de democratização e de participação em plena marcha.

J.U. — No caso específico da Unicamp, os quatro últimos anos apontam pelo menos três processos importantes aos quais o sr. deu inquestionável apoio: a recuperação física da Universidade (com um acréscimo de quase 120% de área física), a institucionalização interna (aí incluída a criação da carreira docente e do quadro de carreira dos servidores) e um processo importante que tem início agora, o do reequipamento dos laboratórios de pesquisa. Sem falar na recuperação do orçamento. Parece-lhe que a Unicamp, tal como o sr. a deixa, estaria apta a se tornar uma espécie de modelo para as demais universidades do país?

"a Unicamp vem sendo encarada como um modelo"

Montoro — Não há dúvida. O exemplo da Unicamp está sendo encarado em todo o país como um modelo do que pode ser feito, principalmente quanto ao emprego de processos adequados à nossa realidade. Há um princípio de integração da universidade com a comunidade que na Unicamp encontrou campo muito fértil. Ela é um modelo também no que diz respeito à sua expansão física ordenada e nada faustosa. Deixadas de lado as obras faraônicas, procurou-se constituir uma universidade com a criatividade do meio aproveitando ao máximo os recursos existentes e respondendo da melhor forma aos problemas da comunidade. Isto deu à Unicamp uma projeção e um sentido de modelo a ser copiado por outras universidades. Recentemente estive com o ministro da Educação e ele confessou-me ter ficado impressionado com a simplicidade das obras feitas em Campinas, e comparava essa relativa pobreza com a que estava enfrentando. Chegou a referir-se ao luxo que havia encontrado numa universidade que eu não quero mencionar, onde só a reitoria, instalada num edifício de mármore, havia custado mais do que quase todas as obras que nós estávamos inaugurando no campus da Unicamp.

J.U. — Sabe-se que não existe propriamente um modelo brasileiro de universidade, e que o que aí existe é fruto de um certo mimetismo em relação aos modelos da América e da Europa. Fala-se continuamente em repensar a universidade brasileira, de modo que ela se pareça mais com o povo brasileiro e corresponda mais enfaticamente à sua realidade. Como professor universitário, de que forma o sr. vê essa questão?

Montoro — Eu acho que aí cabe fazer uma distinção. A universidade tem objetivos de ensino e pesquisa que são universais. Mas o ensino, a pesquisa têm de estar voltados para a realidade concreta e o que tem caracterizado a Unicamp, por exemplo, é que tanto seu ensino como sua pesquisa relacionam-se com os problemas reais da comunidade. Não creio que a Unicamp se situe num campo abstrato, fora do espaço e do tempo. Ela está continuamente examinando os problemas do país e da região e, nesse sentido, é realmente uma instituição inovadora. E mais: pelo fato de ter nascido mais recentemente, talvez não tenha tido o peso que freqüentemente recai sobre outras universidades, de modo que ela sente menos as dificuldades em fazer as adaptações e as atualizações que o momento exige.

Franco Montoro: agradecimentos ao corpo docente da Unicamp.

J.U. — A Unicamp há um ano deu sua contribuição para a formulação de um plano econômico que, pode-se dizer, nasceu em parte dentro de seus laboratórios. A visível corrosão do plano poderia significar, em sua opinião, que a teoria acadêmica na prática é outra?

"a Unicamp não se situa num campo abstrato"

Montoro — Não, eu acho que o Plano Cruzado, que deveu uma parte da sua elaboração a professores da Unicamp, apresentou-se como uma solução naquele momento para o problema do crescimento galopante da inflação. Os problemas econômicos são muito complexos, o plano devia ser completado com outras medidas que talvez não tenham sido tomadas oportunamente. O que se impõe agora é uma revisão do plano, mas ninguém pretende revogá-lo. O que se pretende é corrigir deficiências que ocorreram no desenvolvimento do programa. Eu quero lembrar que Israel, que tem nomes da maior competência, fez três tentativas nesse sentido. A Argentina também está fazendo modificações no Plano Austral. O problema não é simples. Entretanto eu acho que se tratou de uma contribuição concreta. Se não é hora para triunfalismos, tampouco o é para catastrofismos.

"vou me dedicar à integração latino-americana"

J.U. — O sr. deixa o governo do Estado em março próximo. A comunidade universitária de Campinas, que aprendeu a estimá-lo nestes quatro anos, gostaria de saber qual o seu horizonte político daqui para frente.

Montoro — Eu vou me dedicar de corpo e alma ao Instituto Latino-Americano de Desenvolvimento. O objetivo é apoiar todas as iniciativas de aproximação ou integração entre países da América Latina. Estes quatro anos de governo reforçaram minha tese de que os problemas básicos do País dependem de medidas de dimensão continental. Por exemplo: dívida externa, exportação, importação. Os problemas dentro da realidade mundial de hoje supõem a integração do continente latino-americano. Nós estamos muito divididos e com isso nos enfraquecemos. O exemplo da Europa está aí: ela se uniu e hoje nenhum país da Europa fala isoladamente em questões de tamanha importância. A América Latina tem que caminhar para isso. Com a experiência que acumulei e com os conhecimentos que venho reunindo acerca da América Latina, tenho sido muito estimulado, não raro por presidentes e ex-presidentes do continente, a realizar esse esforço no sentido de apoiar tal integração nos planos econômico, cultural, político e social.

J.U. — O sr. acha que as universidades poderiam colaborar nesse sentido?

Montoro — Não há dúvida nenhuma. Eu acho que é muito importante, por exemplo, que nos cursos de pós-graduação de nossas universidades haja certo número de vagas reservadas a grandes países da América Latina, e que a recíproca seja autêntica nas universidades dos países amigos. Para que haja esse entendimento e essa unificação, é preciso criar uma mística da integração da América Latina, que é fundamental para o nosso desenvolvimento e para a paz mundial.

"quando entrei o déficit era de 9,7%; hoje é de 0,6%"

J.U. — Para concluir: como o sr. avalia seus quatro anos de governo?

Montoro — É difícil a gente julgar em causa própria. O povo de certa forma não fez esse julgamento nas eleições recentes? O povo nos deu uma vitória completa: elegemos o governador, o vice-governador, todos os senadores por São Paulo e a maioria da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa. Essa vitória foi principalmente obtida no interior, o que representa o reconhecimento da validade do processo de descentralização e de participação que instauramos. Hoje há em São Paulo um novo interior.

Também no plano político conseguimos resultados positivos. É inegável o papel decisivo desempenhado por São Paulo, no contexto nacional, durante o meu governo. Basta lembrar a Campanha das Diretas e o lançamento da candidatura de Tancredo Neves.

Do ponto de vista financeiro, o melhor documento é a trajetória descrita pelo déficit orçamentário. Hoje fala-se muito em déficit público, cada Estado quer dar seu exemplo. Pois bem, São Paulo há muito vem dando sua contribuição. Os déficits orçamentários são os seguintes: no primeiro ano foi de 9,7% do orçamento; no ano seguinte, 3,4%; em 85, apenas 1,4%; e em 1986, não passou de 0,6%. Ou seja: o déficit paulista experimentou quedas gradativas de 50% a cada ano e isto sem qualquer prejuízo ou diminuição das obras públicas. Ao contrário, pudemos construir durante os quatro anos de governo 4.000 quilômetros de estradas asfaltadas no interior, o que equivale a duas Transamazônicas. Fizemos em São Paulo 17 quilômetros de metrô, da linha Itaquera-Barra Funda, beneficiando uma população de cinco milhões de trabalhadores. Todos os governadores somados fizeram 24 quilômetros. Construímos durante quatro anos uma escola por dia, a merenda escolar municipalizou-se fornecendo alimentação sadia a cinco milhões de crianças diariamente. Construímos, com a colaboração das prefeituras, mais de 600 creches e centenas de outras obras. Saio portanto satisfeito e devo isso principalmente à minha equipe de governo, constituída em parte por professores da Unicamp. Posso dizer que governei ao lado da Unicamp. De modo que eu agradeço particularmente ao corpo docente da Unicamp a cooperação que deu para o êxito de meu governo.

O que esperar da Constituinte

Enquanto atravessa talvez a mais grave crise econômica de sua história, em razão do regime draconiano imposto pelos bancos internacionais, o Brasil instala, neste início de fevereiro, uma nova Assembléia Nacional Constituinte. É da índole do povo brasileiro agarrar-se com todas as forças à próxima esperança. Mas, a rigor, o que se pode esperar de uma Carta Magna? Corresponderão os 559 constituintes (72 senadores e 487 deputados) à expectativa popular? Cinco professores da Unicamp debatem o assunto.

Todo o primeiro semestre deste ano será marcado pelas discussões em torno da Constituinte. Apaziguada a paixão eleitoral, quando se previa uma renovação em grande estilo, muitos se surpreendem ao verificar que o perfil do novo constituinte não está nem à esquerda nem à direita, mas ao centro. De quê dependem, em primeira instância, as reformas que o país deseja? Da sagacidade dos políticos? Do poder econômico? Da mobilização popular?

Ao fazer uma análise das mudanças das Constituições brasileiras e da fragilidade das mesmas, o historiador Marco Aurélio Garcia, do departamento de História da Unicamp e diretor do Arquivo Edgard Leuenroth, atribui a debilidade da Carta à instabilidade do próprio sistema político do País. Além disso, a falta de legitimidade das Constituições brasileiras, normalmente fruto de 'grandes acordos feitos por cima, acordos autoritários' , vem determinando a sua essência.

Lembrando a campanha das diretas, em 1984, que mobilizou amplamente diferentes forças políticas do País, mas que se frustrou na medida em que não se concretizou, o prof. Marco Aurélio mostra que a ruptura desejada pela sociedade brasileira com o regime autoritário ainda não se deu plenamente. E, num governo de transição, é indispensável começar pela "limpeza do entulho autoritário — as leis de exceção — para o exercício pleno e soberano dos constituintes".

"as constituições têm sido fruto de acordos autoritários"

Marco Aurélio

O historiador teme que a nova Constituição só mude na sua forma, na sua fachada: "Essa Assembléia Nacional Constituinte é um arremedo da proposta original que permitiria a ruptura", afirma. Isto porque, em sua opinião, deveria ter sido convocada em 1985 e de forma que se autodissolvesse logo após a elaboração da Carta, não tendo, portanto, poderes congressuais.

Outra preocupação do historiador é a pressa que ele vê no governo federal para a elaboração da nova Constituição. "Há fortes indícios de que o governo estaria tentando, através de artifícios regimentais, apressar a Constituinte, limitando o debate nacional em torno dela", diz. "O governo se sente ameaçado pela crise econômica e quer resolver o mais rápido possível a ordem institucional. Premido pelo tempo, os constituintes veriam seus trabalhos seriamente prejudicados".

Para Marco Aurélio, a nova Constituição não poderá resolver todos os problemas da sociedade brasileira. "O que ela tem de prover é uma espécie de campo de resolução dos conflitos. No Brasil, temos a mania do consenso. Mas democracia verdadeira se dá quando se permite a manifestação dos conflitos e se consegue trabalhar esses conflitos".

O que o historiador espera da Constituinte é que ela seja capaz de resolver problemas que considera fundamentais, como a estrutura fundiária, a CLT, a lei de greve, a reforma tributária e a questão do endividamento externo. Marco Aurélio acredita também que haverá mudança do sistema político do País: "Vamos marchar para o parlamentarismo do tipo francês, que difere do anteriormente implantado no Brasil", prevê.

Embora veja claramente matizes conservadores em boa parte dos membros da Constituinte, o prof. Marco Aurélio acredita no avanço de algumas questões. Ele acha que a nova Carta terá "recortes muito diferenciados, sobretudo em função da atual crise econômica social e à perda de legitimidade do presidente Sarney. Considera também inevitável o referendum popular para questões mais polêmicas, o que, por si só, poderá determinar mudanças no voto dos constituintes, que terão assim maior cuidado ao emitir sua posição".

O prof. Hermano Tavares, 45, da Faculdade de Engenharia Elétrica e presidente da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp), manifestou suas preocupações em torno dos trabalhos a serem desenvolvidos pelos constituintes devido à dupla atribuição que terão pela frente: Constituição e Congresso.

O presidente da Adunicamp vê o ano de 1987 como "paralisante". A difícil situação econômica em que se encontra o País, ao lado do debate constitucional, forma um quadro a ser acompanhado com cuidado. Hermano acha que qualquer previsão em torno dos rumos do Brasil é praticamente impossível. Por outro lado, acha também que se "o momento é ruim para a economia do País, é bom politicamente, porque obriga a todos a encararem a situação de uma forma mais realista, já que as contas serão pagas por todos".

"pelo ensino público e gratuito em todos os níveis

Hermano Tavares

Para o presidente da Adunicamp, a Constituição não pode ser um documento muito detalhado. Deve traçar as linhas essenciais ao País. Com relação às questões educacionais, o prof. Hermano defende que a nova Constituição garanta o ensino público e gratuito em todos os níveis, da alfabetização à pós-graduação.

No âmbito da tecnologia, lembrou que, nos últimos 15 anos, "o Brasil tornou-se uma Nação em permanente evolução e, por isso mesmo, teve de, a cotoveladas, conquistar espaço no mercado". Acha ainda que deve estar presente na Constituição uma proteção explícita à indústria nacional, com mecanismos de reserva de mercado onde ela se fizer necessária. Quer ainda o direito à sindicalização de todos os funcionários públicos. Considera um absurdo que, como cidadãos brasileiros, os funcionários públicos não tenham esse direito. Outros dois itens indispensáveis: a implementação da Reforma Agrária e a introdução de uma política firme com relação à dívida externa.

Por considerar de vital importância, neste momento, ampliar a discussão em torno da Constituinte, a Adunicamp promoverá, a partir de março próximo, discussões em grupo sobre os diferentes temas a serem tratados. Pretende, também, junto com o DCE (Diretório Central dos Estudantes), a Assuc (Associação dos Servidores) e a Reitoria da Universidade, realizar grandes debates públicos na Unicamp com a presença de especialistas. O prof. Sílvio Pregnolatto, 43, membro da diretoria da Adunicamp e professor do Instituto de Matemática, falou da importância de se estabelecer a destinação de 2% do PIB (Produto Interno Bruto) para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia nacionais, uma das promessas iniciais do presidente Sarney.

A prof.ª Helena Costa Lopes de Freitas, 41, da Faculdade de Educação, disse que 87 será um ano de muita luta para a área educacional, a começar pela real efetivação da Emenda Calmon, que destina 13% dos recursos nacionais para a educação. A reforma tributária se faz também necessária, segundo ela, para ampliar os recursos estaduais e municipais para a educação, no momento escassos. Outra luta do setor é a garantia de verbas para as escolas públicas, acabando-se com a situação atual de participação do Estado na manutenção de escolas particulares de terceiro grau.

"novos atores participando como sujeito da História"

Sônia Draibe

A cientista política Sônia Draibe, 43, do departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, onde também dirige o Núcleo de Políticas Públicas, analisou a complexidade da elaboração de uma Carta Constitucional. "Trata-se de uma tarefa imensa", observou. Segundo ela, as demandas são muito grandes e fragmentadas, o que dificulta sua elaboração.

Para Sônia, apesar de todo o contexto que envolve a elaboração da nova Constituição, "a perspectiva não é totalmente negativa. A grave situação econômica do País pode sensibilizar os constituintes, principalmente se for acompanhada de ampla mobilização social".

O objetivo mais geral da nova Constituição, de acordo com a pesquisadora, é com relação ao avanço no plano democrático, particularmente em termos de participação e representação. "Nós sabemos que o tecido social do País sofreu muitas alterações nos últimos 20 ou 30 anos. Hoje temos novos atores sociais que almejam participar como sujeito da História."

No plano das instituições democráticas, acha necessária a definição de regras explícitas que digam respeito também aos procedimentos a serem seguidos. Considera que a confecção de uma Constituição é, por natureza, um momento "de soluções negociadas". Em sua opinião, o fortalecimento do Legislativo frente ao Executivo é tarefa inadiável.

"não há saída para a economia sem a moratória

Ferdinando Figueiredo

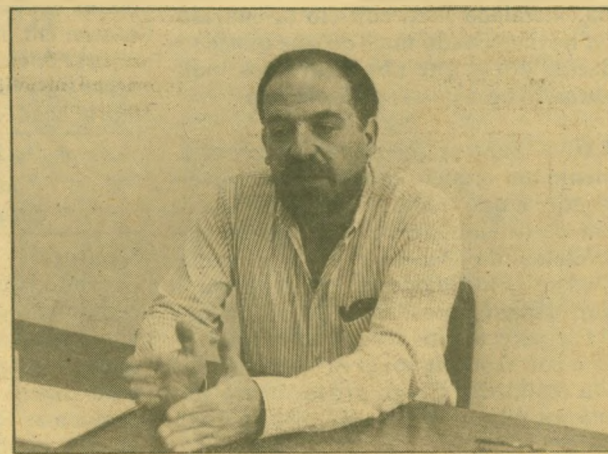
O prof. Ferdinando Figueiredo, 58, do departamento de História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp, disse que não tem a menor inveja de colegas como o prof. José Serra, que estarão elaborando a Constituição: "Seu trabalho será muito difícil. O Brasil está passando por muitas dificuldades. A crise econômica por que passa o País é inédita. Jamais enfrentamos tamanha dificuldade", diz.

E é justamente por considerar de gravidade extrema a situação brasileira que o prof. Ferdinando não vê saída fora da decretação da moratória. "Não vejo saída sem a moratória", afirma. "Se o Brasil partir na frente, os outros irão atrás." Embora ache que a elaboração da nova Constituição brasileira possa resolver alguns problemas internos não menos graves, como a Reforma Agrária, a reformulação do Imposto de Renda, a reestruturação da estrutura fundiária e principalmente a do sistema financeiro interno, para resolver entre outras coisas as taxas de juros, o prof. Ferdinando não vê como possa contribuir substancialmente para o problema maior do País, que é o endividamento externo.

No plano interno, após fazer uma breve análise do Plano Cruzado, o prof. Ferdinando considera urgente a elaboração de um Plano de Metas para a economia do País. Não vê como a determinação na Constituição de um percentual do PIB para a remessa de pagamento aos credores internacionais possa solucionar o impasse em que vivemos. Considera absolutamente necessário um acordo internacional.

O economista acha que está na hora do povo brasileiro dizer não. "Sou inteiramente favorável à moratória. Temos que bater com o punho na mesa. Não podemos continuar pagando. É preciso acabar com o medo das retaliações. O Brasil já tem um peso específico no contexto internacional. O povo brasileiro tem sido roubado. Se não podemos chamar a polícia, é preciso então fechar o bolso", conclui.

Ferdinando: "Se não podemos chamar a polícia, então é preciso fechar o bolso".

Helena, Sílvio e Hermano: preocupação com a educação e com a ciência.

Marco Aurélio: resolver pelo menos os problemas fundamentais.

Pós-graduação repensa seu papel

O sistema nacional de pós-graduação poderá vir a sofrer sérias e importantes alterações em futuro próximo. Prova disso é que o Ministério da Educação vem-se empenhando em colher sugestões junto às universidades brasileiras para uma alentada reavaliação do setor. Um dos itens mais visados é o clássico sistema de créditos. Atualmente os cursos de pós-graduação exigem, em média, a execução de 24 créditos disciplinares para o mestrado e de 48 para o doutorado, além da elaboração das teses indispensáveis à obtenção dos respectivos títulos de Mestre e Doutor.

O critério de créditos rígidos e a inexistência de um orientador de tese desde o início do curso são alguns dos pontos questionados pelo pró-reitor de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), prof. Bernardo Beiguelman. Depois de ampla discussão com os coordenadores dos cursos de pós-graduação da Unicamp, o prof. Beiguelman enviou, no último 9 de dezembro, suas propostas ao MEC.

Deformação

Lembrando que "a formação do pesquisador é a única atividade **artesanal** que jamais será extinta", o prof. Beiguelman é de opinião que o atual sistema de pós-graduação "tem sua finalidade deformada a partir do momento em que é ministrado independente da preparação do trabalho de tese". Ou seja: o aluno não tem a menor possibilidade de iniciar seu programa de estudo com atividades de pesquisa consistentes, pois é forçado a empenhar-se numa autêntica operação "caça aos créditos".

Para o pró-reitor, é necessário modificar radicalmente o modelo vigente. Por considerar a formação e a maturação do cientista um trabalho personalizado, o prof. Beiguelman propõe ao MEC que se acabe definitivamente com a atual estrutura rígida de créditos. Para ele, o número de créditos e de disciplinas deve ser individualizado. Cada estudante de pós-graduação, juntamente com seu orientador de tese, deve estabelecer as disciplinas necessárias e apropriadas à sua formação, cabendo ao orientador fiscalizar o cumprimento do programa.

A extinção da figura do orientador de programa, cuja função deverá ser integralmente assumida pelo orientador de tese, é outra das propostas do prof. Beiguelman. "O orientador de tese deverá, obrigatoriamente, encarregar-se da formação integral do estudante de pós-graduação", afirma.

Seleção

Mudanças nos critérios de seleção dos candidatos aos cursos de pós-graduação também fazem parte da proposta do prof. Beiguelman. Em sua opinião, também o processo de seleção deve estar vinculado ao orientador de tese, a quem caberá a aceitação ou não do candidato, "segundo critérios que levarão em conta a motivação e as qualidades para a pesquisa, e não o enaltecimento das provas de conhecimento".

As disciplinas não devem "ter um dono", podendo, portanto, ser ministradas por qualquer professor da Universidade, incluindo aqueles integrados aos Núcleos e Centros, desde que com reconhecida competência na área. Devem ainda ser credenciados professores de outras universidades para enriquecerem a natureza interdisciplinar dos cursos.

As constantes saídas dos professores das universidades do Norte e Nordeste para fazerem seus cursos de pós-graduação nas universidades do Sul e Sudeste do País não têm oferecido o retorno desejado, de acordo com o pró-reitor de Pós-Graduação da Unicamp. Como, de uma maneira geral, esses professores desenvolvem suas teses nas universidades onde cumprem os créditos obrigatórios ao programa, as pesquisas são desvinculadas dos problemas regionais das suas universidades de origem.

Para alterar esse quadro e minimizar o ônus que isso representa para as universidades nortistas e nordestinas (que arcam com os salários dos docentes durante os anos em que ficam fora e sobrecarregam em carga didática os que lá permanecem), o prof. Beiguelman, — com base em proposta recente do prof. Oswaldo Frota Pessoa, da USP — acha desejável que os pós-graduandos dessas universidades desenvolvam suas teses nas instituições a que pertencem.

Às universidades mais desenvolvidas caberia a orientação da pesquisa aos pós-graduandos das universidades menos favorecidas, no momento. Dessa maneira, somente quando "o orientador julgar a pesquisa suficientemente implantada, o candidato se matricularia efetivamente na pós-graduação e escolheria o semestre em que estagiaria na universidade de seu orientador, para completar os créditos mínimos necessários".

Uma verdadeira e consistente alteração na própria ideologia da pós-graduação é o que propõe o prof. Beiguelman. Os atuais cursos de pós-graduação são, em sua opinião, "ineficientes como geradores de pesquisa". Isto porque "estão baseados em um sistema de créditos em número fixo, com todas as características de curso de aprofundamento de conteúdo, características essas que podem ser válidas para cursos de extensão, aperfeiçoamento, reciclagem ou especialização, mas não para a formação de pesquisadores".

Um variado e intenso movimento de teses

Desde que foi implantado, em 1971, o Programa de Pós-Graduação da Unicamp gerou 2.529 teses, sendo 2.096 de mestrado e 433 de doutorado. Amplamente consolidada, a pós-graduação da Universidade tem atraído estudantes de vários pontos do País, além de docentes de outras universidades para a formação de pesquisadores e a concomitante obtenção de títulos acadêmicos.

Estão atualmente matriculados nos diferentes cursos de pós-graduação da Unicamp 4.117 alunos. Desses, 2.206 fazem mestrado, 991 doutorado e 920 estão inscritos na condição de alunos especiais. Dos docentes contratados pela Universidade, 407 estão vinculados aos programas de pós-graduação, sendo 200 a nível de mestrado e 207 em doutorado. Provenientes de outras universidades, 143 docentes fazem pós-graduação na Unicamp.

Do total das teses defendidas na Universidade, a área de Ciências Exatas e Tecnológicas foi a que outorgou maior número de títulos. Das 1.594 teses defendidas nessa área, 1.282 foram de mestrado e 312 de doutorado. Nas Ciências Humanas foram defendidas 451 teses, sendo 408 a nível de mestrado e 43 de doutorado. Já na área de Ciências Biológicas o número de teses alcança o total de 484, das quais 406 para mestrado e 78 para doutorado.

Os trabalhos de pesquisa desenvolvidos por alunos e professores dos cursos de pós-graduação da Universidade abordam as mais diferentes temáticas. Essas pesquisas têm contribuído, significativamente, para a aquisição de conhecimentos relevantes em Ciência e Tecnologia. Numerosas são as teses convertidas em livros, o que significa dizer que, através do processo editorial, o conhecimento científico deixa o circuito meramente acadêmico para chegar às mãos da população.

Ora na condição de docente, ora na de aluno, os 407 professores da Unicamp que estão matriculados em curso de pós-graduação da própria Universidade, vêem-se constantemente diante de dois consideráveis desafios: serem bons alunos e, ao mesmo tempo, bons professores.

É na Faculdade de Ciências Médicas que se encontra, disparado, o maior número de docentes da Unicamp fazendo mestrado em sua própria universidade, num total de 138. O segundo lugar é ocupado pelo Instituto de Geociências, com 11 professores mestrandos, seguindo-se o Instituto de Estudos de Linguagem, com 10. A nível de doutorado, o equilíbrio é maior. O primeiro lugar é ocupado pela Faculdade de Engenharia de Campinas, com 37 professores doutorandos, seguido da FCM com 29 e da Faculdade de Engenharia Elétrica com 28.

Entre os professores de outras universidades que fazem pós-graduação na Unicamp, a área mais procurada a nível de mestrado é a de Ciências Humanas, estando em primeiro lugar o curso de Educação. A nível de doutorado, a procura maior é para a área de Ciências Exatas, nos Cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Química. Individualmente, o curso mais procurado para doutorado entre os professores de outras instituições de ensino superior é o de Economia.

Novo vestibular já começa a dar frutos

Cristiane: "Sabia das mudanças, mas queria comprová-las"

Claudinei: "Se o objetivo foi inovar, a Unicamp conseguiu".

Ana Luíza: "Ficou constatado que só passa quem souber".

O modelo de vestibular realizado este ano pela Unicamp, em moldes dissertativos e sem as clássicas questões de múltipla escolha, vem despertando o interesse de outras universidades brasileiras. A primeira delas é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Para falar sobre as experiências obtidas durante a realização desse primeiro vestibular próprio, estiveram naquela universidade, a pedido do reitor Horário Macedo, o pró-reitor de Graduação da Unicamp, prof. Antônio Mário Sette, e o secretário executivo do Vestibular/Unicamp, prof. Jocimar Archangelo. A exposição abordou temas como o porquê da realização de um vestibular independente, sua realização em duas etapas distintas e o novo perfil de aluno que se deseja.

Para o Prof. Sette a reunião foi importante "porque pudemos apresentar os resultados conseguidos com o nosso vestibular e, de certa forma, discutir com a Comissão a viabilidade ou não de um concurso inteiramente dissertativo, com vistas a privilegiar realmente a capacidade intelectiva do candidato".

Uma das conseqüências da ressonância positiva do novo vestibular é que, em abril ou maio (a data está sendo definida), deve-se realizar na Unicamp um encontro nacional sobre Educação e Ensino com a presença dos 79 reitores brasileiros. O objetivo é discutir e analisar detalhadamente os pontos comuns visando uma mudança global do vestibular nessas universidades.

Veja o que dizem estes vestibulandos

A repercussão externa é, no fundo, um reflexo da boa aceitação do novo tipo de exame entre os próprios vestibulandos. Aqui, a opinião de três candidatos.

Cristiane Chiavegatto, 15 anos — "Algo realmente inusitado. Sabia das mudanças mas queria comprová-las. Desde a primeira prova, pude perceber que as pessoas que as elaboraram tinham a preocupação única de realmente selecionar os candidatos. O que posso deduzir é que deverão passar aqueles que realmente estudaram ou fizeram um bom cursinho."

Claudinei Ribeiro, 17 anos — "Se o objetivo da Unicamp é inovar e, por isso mesmo, selecionar alunos de bom nível, acho que ela conseguiu o intento. Provas bastante inteligentes, bem elaboradas. Só passou quem realmente estudou ou teve uma boa formação anterior. Fiz contabilidade, por isso não sei se consegui passar; além das provas terem sido bem estruturadas, também não foram fáceis."

Ana Luíza de Araújo Vasconcelos, 16 anos — "Um vestibular desse tipo vem constatar que só passa quem souber. Prefiro provas discursivas às de cruzinhas. Quem não está acostumado a pensar ou viciado nas cruzinhas, creio que não conseguiu ir muito longe."

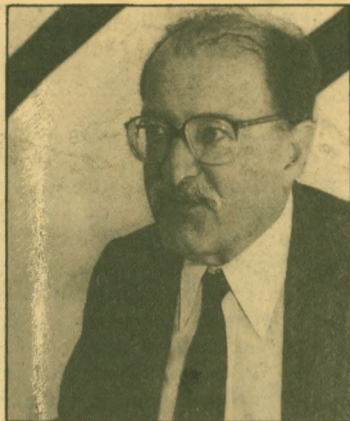
Quem não publica não faz ciência?

O último levantamento do movimento de textos científicos publicados em revistas especializadas internacionais, feito com base no trabalho de catalogação do 'Science Citation Index' refere-se ao período 1973-1978 e coloca os Estados Unidos, como era de se esperar, em franca vantagem: 151.939 artigos contra 32.189 da Inglaterra, 24 mil da URSS, 20 mil da Alemanha, 17 mil da França e 15 mil do Japão. O Brasil aparece em 29.° lugar (812 artigos), atrás de países como Finlândia, Hungria, Bélgica e Áustria. No âmbito do Terceiro Mundo, o Brasil ocupa uma desconfortável terceira posição, bem atrás da Índia (7.888 artigos) e em razoável desvantagem em relação à Argentina (1.526).

O número de artigos científicos publicados em revistas de expressão atesta, em geral, o volume de ciência produzido num determinado país. Além disso, é através das revistas que se obtém o reconhecimento da comunidade acadêmica para esta ou aquela pesquisa; é ali que se avalia a sua efetividade e é ali também que se contestam ou se referendam teorias já estabelecidas.

"Não basta realizar uma boa pesquisa: é preciso difundi-la", diz o prof. Irineu Ribeiro dos Santos, sociólogo do Instituto de Economia e autor do ensaio "Fundamentos Sociais da Ciência". Ele justifica: "É preciso obter algum grau de convicção para o trabalho através da avaliação dos especialistas; é como se a credibilidade dependesse da palavra impressa... e de preferência impressa em inglês".

"Seu trabalho só vale se deixar algum resíduo para o conhecimento universal", explica Rogério Cerqueira Leite, professor do Instituto de Física da Unicamp, atualmente dirigindo a Companhia Paulista de Força e Luz e **referee** em várias revistas internacionais. "A ciência só existe em termos universais, o que significa que qualquer contribuição só é válida se for incorporada ao corpo do conhecimento universal. Fora disso, não há fato novo em ciência".

Rogério: citado dia sim, dia não, pelas revistas internacionais.

Beiguelman: receando que os pesquisadores sigam a moda ditada pelas revistas.

Irineu: "Não basta realizar uma boa pesquisa. É preciso difundi-la."

"Publica ou morre": este é o mote de todas as instituições universitárias americanas. Num ambiente competitivo que às vezes chega ao extremo da exacerbação, costumam sobreviver apenas os que conseguem traduzir suas experiências em letra de forma — e quanto mais, melhor. À exceção de uns poucos que obtêm estabilidade por critérios de "mérito intelectual", os demais não gozam de qualquer estabilidade e para eles só há uma lei: ou publicam ou desaparecem do rol dos professores, muitos para sempre. "A fim de revogar esse holocausto", queixou-se um professor do Hunter College da Universidade de Nova York, "a solução é publicar seja o que for; e se se conseguir uma reimpressão, pode-se dizer que estamos salvos".

Não é à-toa que a grande maioria das publicações prestigiosas se encontra no Hemisfério Norte, ou seja, Estados Unidos, Europa e Japão. É ali que se produz 95% da ciência mundial. O 'Science Citation Index' integra cerca de 4 mil revistas internacionais, algumas — as principais — de acesso dificílimo. Conseguir publicar um artigo na "Physical Review", por exemplo, a revista oficial da Sociedade Norte-Americana de Física, equivale quase a uma espécie de admissão no seleto círculo dos cientistas internacionalmente reconhecidos.

Claro que, num ambiente razoavelmente congestionado como é o da ciência ocidental, não é fácil para um pesquisador do Terceiro Mundo ter seus trabalhos aceitos nas revistas do primeiro time. Além de selecionarem com extremo rigor (às vezes geográfico) seus colaboradores,só aceitam pesquisas que se destacam na área. Embora o prof. Rogério afirme com segurança que "há lugar para todos e muito mito em torno de tais dificuldades", não são poucos os pesquisadores que se queixam do que eles chamam "a ditadura do **referee**". Um sobrenome latino no envelope às vezes é o bastante para que o trabalho seja devolvido intacto. Valem muito também — diz-se — os canais que o pesquisador eventualmente tenha estabelecido com centros científicos onde estagiaram. Ex-colônias inglesas, por exemplo,teriam a seu favor, além do idioma, a benéfica intermediação de seus "padrinhos" britânicos. "Não acredito nisso", diz o prof. Rogério, garantindo que não falta a ninguém oportunidade de publicar: "O que falta às vezes é neurônio".

Entretanto, a história não deixa de registrar alguns casos flagrantes de injustiça ou incompreensão. É que os setores científicos trabalham sobre paradigmas consagrados que têm a força de dogmas, donde em geral é recusada qualquer contribuição que contraria seus pressupostos. Em 1906, Einstein pretendeu ingressar na Academia Prussiana de Ciências com uma contestação aos princípios da mecânica newtoniana — a teoria dos fótons. O trabalho foi recusado e seu autor tido como excêntrico. Só Max Planck, outro grande físico, deu um parecer menos peremptório: está certo, o trabalho é inaceitável, mas o rapaz é interessante. Menos de duas décadas depois, com esse mesmo trabalho, embora em outro estágio de desenvolvimento, Einstein ganhava o Prêmio Nobel de Física.

Mas não basta publicar: é preciso também ser citado. "No meio acadêmico", diz o prof. Rogério, "uma contribuição científica é julgada pela incidência de citações que suscita. Simplesmente porque a importância desta ou daquela descoberta, de um incremento teórico ou experimental específico, ao corpo universal do conhecimento, só pode ser avaliada pela influência que exerce nos trabalhos dos demais cientistas". O próprio prof. Rogério é um exemplo de autor citado: um levantamento feito em 1981 creditava-lhe cerca de duas mil citações, o que significa que ele é citado nas revistas especializadas dia sim, dia não. Outros campeões brasileiros de citação são o físico Mário Schemberg, da USP, Rocha e Silva, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e o falecido Sérgio Porto, do Instituto de Física da Unicamp.

Não falta quem conteste o critério de valoração acadêmica através do número de menções nas revistas especializadas. "É absurdo", diz o prof. Bernardo Beiguelman, pró-reitor de Pós-Graduação e professor da Faculdade de Ciências Médicas: "A maioria não se dá conta de que, quando negado insistentemente por outros, o autor é também repetidamente citado na literatura pertinente". Aventa-se inclusive a existência de autores que lançam verdadeiras "bombas" no mercado da especulação científica com o intuito serem refutados "ad nauseam", obtendo com isso grande número de menções.

Sem chegar ao ponto de negar a importância da circulação do conhecimento, o prof. Beiguelman não vê com bons olhos o fato de que "o pesquisador do Hemisfério Sul só seja valorizado em seu próprio país quando reconhecido no Hemisfério Norte, isto é, quando suas pesquisas são publicadas nas assim denominadas revistas internacionais, não importando se seu trabalho está ou não desvinculado de seu meio social". Ele exemplifica: "Assim, por exemplo, um trabalho de pesquisa brasileiro sobre uma aberração cromossômica extremamente rara ou sobre um erro inato do metabolismo cuja incidência é menor que 1:100.000 passará a ser mais valorizado do que outro, também nacional, sobre desnutrição, tuberculose, lepra ou blastomicose, se o primeiro for publicado em uma das tais revistas, e o segundo aparecer em uma revista brasileira".

Receia o prof. Beiguelman que "os temas de pesquisa simplesmente sigam a moda ditada pelas revistas internacionais", e que os cientistas brasileiros "pautem sua carreira pelos valores estabelecidos nos grandes centros do Hemisfério Norte", contribuindo dessa forma "para reforçar nossa dependência cultural e econômica e fazendo-se satélites de certos pólos mundiais de desenvolvimento".

Fora isso, que se prossiga publicando.

Nova técnica permite fazer crescer

Uma nova técnica ortopédica capaz de permitir o crescimento de pessoas de baixa estatura em até 53 centímetros, começa, a partir deste ano, a ser difundida no Brasil, através da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. A técnica, desenvolvida pelo ortopedista cubano Rodrigo Alvares Cambras, consiste na utilização de "fixadores externos" que possibilitam, além do alongamento ósseo, a correção de uma gama de problemas ortopédicos e traumatológicos.

De 15 a 17 de janeiro último, Cambras, que dirige o Hospital Nacional Ortopédico Frank Pais, em Havana, e preside a Sociedade de Traumatologia e Ortopedia daquele país, esteve no Hospital das Clínicas da Unicamp, onde promoveu o 1.° Seminário Internacional de Fixadores Externos do Brasil. Na ocasião, o prof. Rodrigo Cambras realizou duas cirurgias para a colocação do fixador: uma para alongamento de membros e outra para correção de pseudo-artrose congênita. Este mês, o diretor do depto. de Ortopedia da FCM, Gothfried Köberle, que participou da cirurgia com o especialista cubano, iniciará suas próprias cirurgias no H.C.

Centro de Treinamento

A Unicamp foi a universidade brasileira escolhida para difundir a nova técnica ortopédica para todo o País. Durante todo o ano de 1987 serão treinados técnicos e médicos para a adoção futura da técnica. Para isso, a Universidade já adquiriu 27 unidades de fixadores a um custo aproximado de Cz$ 30 mil cada. Os aparelhos estão sendo fabricados pela Indústria Nacional de Implantes Ortopédicos Baumer, localizada no município paulista de Mogi-Mirim.

As duas cirurgias realizadas na Unicamp sob a supervisão do especialista cubano tiveram pleno êxito. O garoto Carlos Augusto Bovicini, de dois anos, que tinha dificuldades para caminhar por problemas de má formação congênita, poderá, dentro de três a quatro meses, andar normalmente. Foi aplicado um fixador externo para alongamento ósseo de sua perna defeituosa. O aparelho provocará o crescimento de três a quatro centímetros, necessários à correção desejada.

O segundo caso operado no HC foi o de uma adolescente de 15 anos, Ana Lúcia Zuliani. Uma infecção no quadril, contraída logo após seu nascimento, provocou o encurtamento do fêmur. Com a utilização do fixador externo, a perna mais curta de Ana Lúcia crescerá 5,5cm no período de dois meses.

Casos como o de Carlos Bovicini e de Ana Lúcia têm sido resolvidos satisfatoriamente em todo o mundo. Apenas em Cuba o ortopedista Cambras já realizou 2.400 cirurgias para colocação de aparelhos. Segundo o médico, em 96% dos casos o resultado pôde ser tido como excelente.

O aparelho

A perspectiva teórica para o crescimento de ossos surgiu em 1840 com o belga Johann Francisco Malgaine, que desenvolveu um protótipo do fixador externo. Seu projeto foi aperfeiçoado por outro belga, Alain Bott, em 1902. No entanto, havia problemas sérios a contornar. Os aparelhos provocavam infecções difíceis de serem debeladas.

Durante algum tempo, a técnica foi colocada de lado. Em 1951, o russo Gavrill Ilizarov introduziu inovações no aparelho e eliminou os problemas. A partir daí, seu uso se difundiu e encontrou ressonância em todo o mundo.

Como funciona

O fixador externo é formado por duas barras de aço inoxidável onde estão fixados vários fios paralelos. Esses fios são articulados por semi-aros em barras compressoras. Durante a cirurgia, os ossos são perfurados e os fios transpassam o local onde será feita a correção ortopédica.

Os fios são fixados às barras, através de parafusos que são diariamente apertados pelo próprio paciente. A cada seis horas, o parafuso deve girar um máximo de 1/4 de volta. Dessa maneira, diariamente, o crescimento ósseo atinge 1 milímetro.

Na função de **alongamento**, o fixador permite aumentar o comprimento de pernas, braços, mãos, pés ou dedos. Para esta finalidade é usado em pessoas de 2 a 45 anos. Na função de **comprimir** pode reduzir o tamanho de um osso. Esta função tem aplicação em fraturas e para tratamento de tumores e lesões de vasos e nervos.

Como **mobilizador**, corrige membros rígidos com problemas de articulação. Na função de **transportação**, permite o alongamento ao forçar a união de partes do osso. Como **redutor**, pode diminuir uma fratura sem necessidade de cirurgia e, finalmente, como **estabilizador**, atua para a consolidação de fragmentos provenientes de fraturas ou de deformidades.

Cambras: autor da técnica que a Unicamp vai difundir no Brasil.

Docentes

O micro chega ao lar

Numa experiência inédita no Brasil, a Unicamp acaba de oficializar o seu Programa Computacional de Aprimoramento do Corpo Docente. Convênio nesse sentido foi assinado no último dia 8 de janeiro entre a Reitoria, a Associação de Docentes (Adunicamp) e a Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp). O programa complementa o processo de informatização da Universidade e tem por objetivo equipar seus professores individualmente, em suas residências, com microcomputadores, de 16 e 8 bits. O primeiro lote, de aproximadamente 300 aparelhos, deverá ser entregue a partir de março pela Itautec, empresa ganhadora da concorrência. A compra é financiada pelo Badesp.

A idéia de informatizar o corpo docente da Unicamp surgiu em abril de 1986, quando a Adunicamp fez um levantamento dos interessados em adquirir o equipamento. Optou-se por incluir a compra dos micros para professores no programa de financiamento já negociado pela Reitoria com o Badesp e que visa informatizar os vários setores da Universidade.

O programa coloca inicialmente à disposição dos professores dois tipos de microcomputadores: o PC e o PCxT, ambos de 16 bits e 640 K. O primeiro vem com duas unidades de disquete 5.1/4, placa controladora, teclado, monitor e vídeo; o segundo, uma unidade de disquete, uma unidade de disco rígido Winchester 10 Mb, placa controladora, teclado e vídeo. O professor participante do programa ficará com o equipamento por um período (renovável) de cinco anos, pagando apenas uma taxa mensal correspondente ao desgaste do micro. Essa taxa será reajustada anualmente de acordo com a variação da OTN.

O convênio para a implementação do programa envolve a Reitoria, a Adunicamp e a Funcamp.

A idéia inicial da Adunicamp era ceder em definitivo os micros aos professores, porém em razão dos custos a diretoria da entidade achou conveniente adotar o sistema de "assinatura" por tempo limitado. "Embora alguns professores desistissem da participação no programa, acreditamos que com esta nova sistemática permitiremos, com certa freqüência, a atualização através da aquisição de modelos mais avançados", argumenta o Prof. José Sátiro de Oliveira, 2.º vice-presidente da entidade. Segundo ele, o programa superou as expectativas e a lista de professores inscritos supera a marca de quatrocentos.

Para o Prof. Walace Alves de Oliveira, ex-assessor de recursos orçamentários e hoje diretor do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas e Biológicas (CPPQB), a realização do programa deverá causar forte impacto no meio acadêmico. "Creio que o convênio é de grande importância para o corpo docente, que é o principal agente de desenvolvimento do ensino e da pesquisa. Estamos colocando os instrumentos da Universidade à disposição dos professores", diz. Para coordenar o programa, foi nomeada uma Comissão com representantes dos usuários, da Adunicamp, Funcamp e Reitoria. A Comissão será presidida pelo Prof. Jaime Szajner (usuários), tendo ao seu lado os Profs. José Suassuna Filho (Adunicamp) e Antônio Celso Fonseca Arruda (Funcamp).

As taxas de contribuição dos participantes do programa constituirão um fundo cujos recursos serão administrados pela Funcamp e geridos pela comissão coordenadora. Esse fundo permitirá a aquisição de novos equipamentos, além da reposição de peças e acessórios. Os serviços de manutenção dos equipamentos serão de responsabilidade do Centro de Manutenção de Equipamentos da Unicamp (Cemeq). O sistema estará interligado não só com a central da Unicamp, através do sistema VAX, mas também ao RENPAC (Rede Nacional de Comutação de Pacotes), permitindo ao docente ter acesso, ao mesmo tempo, a diferentes bancos de dados, inclusive internacionais.

Unidades já administram orçamento

Uma das propostas básicas de trabalho para este ano é a reforma administrativa e, por extensão, a descentralização da gerência do orçamento da Universidade. A reforma já está em curso e a peça orçamentária de 1987, aprovada por unanimidade na reunião de dezembro do Conselho Diretor, traz a novidade de só ter sido montada após uma centena de reuniões entre as Unidades e a administração central.

O que parece demora é, na realidade, uma nova forma de trabalhar. As reuniões foram realizadas entre agosto e dezembro, e visavam a levantar as necessidades específicas de cada Unidade. "Nesse levantamento, nenhuma Unidade foi comparada a outra, mas consigo mesma e com seu espectro de carências", diz o diretor da Administração Geral, prof. Geraldo Giovanni.Com isso acredita-se ter chegado a um maior equilíbrio relativo entre as diferentes áreas. E reverteu-se, assim, a crença histórica de que as Unidades maiores são as melhor contempladas.

Vários fatores fizeram com que, no Conselho, a proposta orçamentária deste ano merecesse, além da aprovação unânime, até mesmo alguns elogios. O primeiro é que, em números reais, seu valor inicial cresceu 93% em relação a 1986: 1 bilhão 440 milhões de cruzados contra 745 milhões no ano passado. Outra é que as verbas de custeio que as Unidades administrarão cresceram bastante, chegando, em algumas Unidades, a até 300%. Os recursos da Reitoria referentes a esse item foram substancialmente reduzidos, o que é uma demonstração da descentralização havida.

Cabe à administração central, agora, executar tão-somente as despesas de caráter coletivo e social, tais como transportes, alimentação, creches, serviços de infraestrutura e de manutenção. Antes era necessário recorrer à Reitoria até para receber uma diária. Hoje as Unidades têm ampla autonomia e também plena responsabilidade sobre os recursos de que dispõem para as despesas de custeio, especialmente as referentes a material de consumo.

Outro detalhe importante é que, pela primeira vez, conseguiu-se este ano uma dotação específica para despesas de capital, aí incluída a conclusão de obras em andamento e a compra de equipamentos, livros e periódicos.

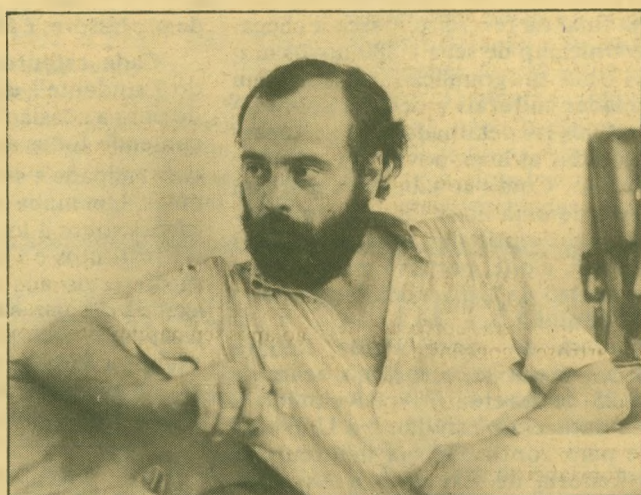
Guimarães é o novo diretor do IEL

O reitor Paulo Renato designou para a direção do Instituto de Estudos da Linguagem o prof. Eduardo Guimarães, 38 anos, depois de apreciar lista tríplice preparada pela Unidade. Na consulta realizada à comunidade do Instituto, o prof. Guimarães foi o mais votado, com 46,4% das indicações. Seu mandato tem duração de quatro anos. Ele substitui o Prof. Jesus Durigan, cujo mandato encerrou-se no último 5 de janeiro.

Professor de Semântica do Departamento de Lingüística do IEL, o prof. Guimarães tem sob sua responsabilidade uma instituição consolidada e de referência internacional graças às pesquisas pioneiras no âmbito da linguagem ali realizadas. Em sua gestão, pretende promover a articulação de temas que envolvam os professores de todos os departamentos, sem prejuízo das pesquisas individuais.

Através de temas como: "Linguagem e Cultura", "Linguagem e Sociedade" e "Linguagem e Conhecimento", trabalhados de forma interdisciplinar, o novo diretor do IEL propõe a dinamização ainda maior das pesquisas do Instituto, assim como seu interfaceamento com outras universidades.

A criação de um Conselho de Administração do IEL, onde os funcionários poderão debater e encaminhar suas reivindicações específicas, também faz parte do programa do novo diretor. Manter a autonomia dos departamentos, rediscutir a graduação e, após, ampliar o número de bolsas de iniciação científica e promover a realização de encontros científicos, são outras das preocupações do prof. Guimarães.

Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), em 1979, o prof. Guimarães leciona no Departamento de Lingüística do IEL desde 1981. É autor de vários trabalhos na área de Semântica e Pragmática. Em março próximo, lançará novo livro, intitulado "Texto e Argumentação" (Um estudo das conjunções em Português), a ser editado pela Editora Pontes. É também autor de um volume de poemas, "A trama no tapete", lançado pelo selo editorial RG.

Eduardo Guimarães: entre os planos, a criação de um Conselho de Administração.

A lição que vem da Nicarágua

Esteve recentemente na Unicamp, para uma visita de sete dias, o secretário geral do Ministério da Educação da Nicarágua, prof. Juan Arien. Foi uma visita de trabalho, em que Arien proferiu conferências, participou de reuniões com grupos de estudos e acertou um programa de intercâmbio com a Faculdade de Educação.

Nascido na Espanha mas vivendo e trabalhando na Nicarágua há 25 anos, Arien tem desempenhado importante papel no processo de alfabetização da população, iniciado logo após a vitória do movimento sandinista, onde o método Paulo Freire tem sido não só útil, mas também indispensável. Nesta entrevista, concedida no último dia de sua permanência na Universidade, Arien mostra as dificuldades e o desafio que representam, num clima de permanente guerra interna e de pressões do Exterior, tentar arrancar o povo do subdesenvolvimento cultural e econômico.

J.U. — Prof. Juan, as revoluções populares têm como característica a satisfação a médio prazo das necessidades básicas da população, tais como moradia, alimentação e educação. Como secretário geral e diretor de planejamento do Ministério da Educação, poderia explicar-nos como foi o esforço para erradicar o analfabetismo na Nicarágua?

Juan Arien — Efetivamente, cerca da metade de nossa população era analfabeta. A taxa de analfabetismo em algumas regiões do país, sobretudo no campo, ultrapassava 80%, e em algumas regiões chegava a 90%. No programa histórico da Frente Sandinista elaborado em 1961, uma das coisas a que nos comprometíamos era erradicar o analfabetismo; um segundo objetivo, dentro do projeto educativo, era implantar um ensino popular. A alfabetização não foi algo que se improvisou imediatamente após a vitória do movimento sandinista. Não: antes disso houve anos de preparação, concepção e organização, de tal maneira que, quinze dias após o triunfo revolucionário, se proclamou a cruzada nacional de alfabetização. A primeira grande expressão da revolução foi uma expressão de educação. Isto é muito importante. Agora, este projeto de educação, nós dentro da revolução o concebemos como um projeto pedagógico, e também como um projeto político. Tínhamos a base popular, mas também de converter essa base no sujeito consciente, responsável, ativo da história da Nicarágua, e isso era impossível de se fazer com 50% de analfabetos. Portanto, a alfabetização, em todo esse contexto de ensinar a ler, a conscientizar-se, a responsabilizar-se, a organizar-se, é justamente a base do poder popular, a base da participação democrática e a base de todas as reformas e transformações que se foram fazendo, como a reforma agrária, a reforma educativa etc. A cruzada nacional de alfabetização gerou uma dinâmica de união, de participação e de criação até o ponto em que, através dessa dinâmica, podemos hoje enfrentar problemas de saúde com a mobilização de 75 mil a 100 mil brigadista nos fins de semana. Dessa maneira pudemos erradicar totalmente a poliomielite e estamos erradicando a malária. A defesa da Nicarágua não é organizada a partir de uma estrutura militar mas sim de uma estrutura popular, e a possibilidade dessa participação se dá justamente porque o processo revolucionário se fundamentou num processo educativo.

J.U. — Qual a metodologia utilizada para formar professores em tão pouco tempo?

Juan Arien — Temos encontrado felizmente formas criativas de sair à frente de nossos problemas, e creio que a explicação está na base popular integrada ao processo político edeológico. Para se ter uma idéia, em 78 a Nicarágua contava 447 mil alunos (incluindo o ensino superior), e agora estamos atendendo a 933 mil. O sistema educativo normal necessita de três a quatro anos para formar um professor. Nós não dispúnhamos de tanto tempo. Por isso tivemos de formar professores de acordo com as condições excepcionais enfrentadas pelo país, ou seja, visando à educação fundamental para as áreas mais necessitadas, justamente na área rural e nas zonas de guerra. Procuramos nas comunidades moços e moças que possuíam qualidades pedagógicas e propusemos a eles que se convertessem em professores do ensino fundamental.

A educação fundamental está prevista para 4 graus. No 1.º e no 2.º grau, o indivíduo aprende a ler e a escrever e tem promoção automática para os dois graus seguintes, onde a formação adquire forma de multigraduação. Atuam hoje na Nicarágua 15 mil professores de educação fundamental. E continuamos a formar novos professores, não em conformidade a programas peestabelecidos, mas sim à experiência acumulada. De tempos em tempos esses professores passam por uma reciclagem e vão-se "profissionalizando". Essa reciclagem se dá com o deslocamento de estudantes universitários para os centros onde se encontram esses professores "empíricos". É essa a maneira criativa para a formação de professores de ensino fundamental que nós, na Nicarágua, encontramos para resolver um problema específico.

J.U. — Em muitos lugares ouvem-se críticas de que em alguns contextos revolucionários, inclusive na Nicarágua, a educação tem uma característica muito dura, drástica, até porque se trataria, afinal, de educar para a guerra.

Juan Arien — Eu tenho lido críticas a respeito e, inclusive, correu todo o mundo uma página de um texto de matemática que nós utilizamos no 1.º grau, onde a criança aprende a somar com granadas e fuzis (2 + 2 fuzis = 4 fuzis). Essa é a única página em todos os textos escolares, do 1.º ao 6.º grau, que faz referência à situação de guerra.

A educação na Nicarágua não é rígida, nós pretendemos educar para a liberdade, para que as crianças possam ter condições para criar. Por isso, educamos as crianças para a paz, porque a paz é o estado superior da vida.

Ocorre, porém, que somos obrigados a nos defender e, conseqüentemente, a matar. E a criança tem que ver a guerra como parte de sua vida, não apenas como parte de algo que é a estrutura militar ou o governo armado. As crianças são educadas a ver a guerra como uma imposição que quer destruir os valores que elas próprias estão desenvolvendo. As crianças são a alegria da revolução e para nós a alegria é parte fundamental da revolução. A revolução nicaragüense é uma revolução alegre, de profunda satisfação.

J.U. — Que papel a universidade nicaragüense teve no processo revolucionário? E qual o seu papel no momento?

Juan Arien — A universidade foi fundamental na fundação e na concepção da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN). Tanto o comandante Carlos Fonseca Amador como Tomás Borges, o único sobrevivente do grupo fundador da FSLN, eram universitários. A maioria dos dirigentes da revolução é gente que passou pela universidade. A universidade foi a plataforma de onde se originou e se desenvolveu todo o movimento contra a ditadura e, nesse sentido, eu diria que a revolução popular é propriedade dos estudantes. Depois, logicamente, para a insurreição contribuíram todos os setores sociais. Mas a origem foi estudantil. É a revolução dos jovens e dos estudantes.

Atualmente a universidade tem a responsabilidade de formar os recursos humanos, técnicos e científicos qualificados para a continuidade do processo revolucionário. Ocorre, contudo, que temos enfrentado sérios problemas — que esperamos solucionar — como limitações de material, de laboratórios e de professores. É um pouco no sentido de suprir essas carências que estamos estabelecendo programas de intercâmbio como o que firmamos com a Unicamp.

Juan Arien: "A primeira grande expressão da revolução sandinista foi uma expressão de educação."

Veja só o programa de recepção aos calouros

O final de fevereiro marca a chegada à Unicamp de seus 1.380 novos alunos. Uma programação variada com atividades culturais e debates sobre temas atuais foi detalhadamente elaborada para dar as boas-novas aos calouros deste ano. Como se sabe, eles marcam o início de uma nova fase da Universidade, a do vestibular inteligente, sem cruzinhas, e que, por isso mesmo, traz para dentro da Universidade um novo perfil de aluno.

Caberá ao reitor Paulo Renato abrir a semana de recepção, que irá de 23 a 25 de fevereiro. Aproveitando a vinda natural do estudante à Universidade para confirmar sua matrícula, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, através do SAE (Serviço de Apoio ao Estudante) e com o apoio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), montou um quadro de atividades que permitirão ao aluno iniciar sua etapa de entrosamento com o campus e com a própria comunidade de professores e funcionários.

Cada calouro receberá um "Guia do Estudante" especialmente preparado para a ocasião. Trata-se de um texto contendo todas as informações sobre a Universidade e sobre a cidade de Campinas. Um mapa informativo com indicações sobre a localização dos diferentes Institutos e Faculdades também será oferecido aos alunos, além de uma agenda do ano onde se registra todo o calendário escolar. Nesses três dias, os calouros ficarão hospedados no Palácio de Esportes da cidade e na Escola de Cadetes de Campinas.

PROGRAMAÇÃO

É a seguinte a programação da recepção aos calouros:

Dia 23 — A partir das 9h, confirmação das matrículas; exibição de documentários sobre a Unicamp, na sala 1; palestras sobre Orientação Educacional, na sala 2; orientação sobre moradia, na sala 3. No início da tarde, às 14h, o reitor da Unicamp, juntamente com o pró-reitor de Graduação, prof.º Antônio Mário Antunes Sette, e o pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, prof.º José Carlos Valladão de Mattos, falarão sobre a Universidade. Às 15h do mesmo dia, a nova diretoria do DCE terá a sua primeira conversa com os novos alunos. A partir das 16h, segue-se uma programação artístico-cultural. Pouco depois, às 18h, haverá uma seqüência de apresentações musicais com a participação de grupos tais como "Estado Crítico", "Contramão" e "Pagode Samba Show". Às 24h sairão os ônibus para os alojamentos reservados pela Unicamp.

No dia 24, às 9h30, o prof. Maurício Knobel, do Departamento de Psiquiatria da Unicamp, fará uma palestra sobre "A Universidade dos Sonhos", no Ciclo Básico, sala 10. Para as 11h está programada uma visita às unidades de ensino e pesquisa. Às 14h, o prof. Ezequiel Teodoro da Silva, da Faculdade de Educação, discorrerá sobre "Vida Acadêmica e Leitura", também na sala 10 do Básico. Às 15h, ocorrerá um encontro dos centros acadêmicos de cada Unidade, para uma recepção oficial das entidades estudantis com os calouros. Às 16h, o grupo "Limitação Armada" fará uma apresentação ao lado de atividades plásticas abertas à participação de todos os estudantes, numa espécie de "happening".

Finalmente, no dia 25, às 9h30, o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), prof. Horácio Macedo, falará aos estudantes, na sala 10 do Ciclo Básico, sobre "Universidade e Constituinte". Às 11h serão realizadas novas visitas às Unidades. Paralelamente serão feitas várias mostras de filmes em vídeo. Às 14h haverá uma palestra sobre moradia estudantil e às 15h será realizada a festa de encerramento com um show do grupo "Prisma".

Onde vão bater as novas idéias

Uma reflexão sobre as linhas de atuação da Universidade em todos os seus segmentos, sem prender-se a um campo específico de trabalho. Essa a filosofia da Pró-reitoria de Desenvolvimento Universitário, instalada em maio último como parte da reformulação administrativa da Reitoria, e que implicou na criação de uma estrutura de cinco pró-reitorias ligadas diretamente ao reitor. Sob a coordenação do prof. Ubiratan D'Ambrosio, essa Pró-reitoria tem como principais objetivos implementar novos programas, obter a dinâmica e a dinamização necessárias ao seu desenvolvimento, além de promover a realização de eventos que contribuam para o surgimento de novas idéias.

Segundo o prof. Ubiratan, a Pró-reitoria de Desenvolvimento Universitário atua como um canal de abertura de novas linhas de ação universitária. Trabalha com assuntos que não se encontram devidamente institucionalizados ou definidos. De certa forma, representa uma linha de continuidade do trabalho desenvolvido pela extinta Coordenadoria Geral dos Institutos (CGI), que o próprio prof. Ubiratan dirigiu no período 1982-1986. "Naquela época, como agora, eu estava sempre recebendo solicitações e sugestões de pessoas das mais diferentes unidades, com idéias às vezes vagas, às vezes concretas, mas que nem sempre sabiam como se aproximar da administração central para pô-las em prática", explica o pró-reitor. Cabe então à Pró-reitoria discutir, examinar e explorar os meios de encaminhar uma determinada inovação. Essa a sua diferença básica em relação às demais Pró-reitorias, que atuam em áreas específicas e campo definido.

De uma forma bem específica, entretanto, a Pró-reitoria de Desenvolvimento tem sob sua responsabilidade, em conjunto com a Assessoria de Desenvolvimento Universitário (ADU), a coordenação geral dos Núcleos e Centros Interdisciplinares. Os Núcleos e Centros passam, no momento, por um processo de pré-institucionalização, o que inclui a avaliação individualizada de cada um. O resultado desse trabalho será entregue em breve ao reitor, para posterior encaminhamento ao Conselho Diretor. Segundo o prof. Ubiratan, a idéia é a criação de um conselho específico para os Núcleos e Centros, o que facilitaria sua coordenação e administração.

Ubiratan D'Ambrósio, pró-reitor de Desenvolvimento: "Requalificar o processo".

Assim como para os organismos interdisciplinares, também cabe a Pró-reitoria de Desenvolvimento formular novas alternativas para a própria Universidade. "Não se pode dizer que a Universidade brasileira como um todo componha um modelo dos mais atualizados", diz o prof. Ubiratan. Segundo ele, sua estrutura foi concebida em função de uma elite com interesses cristalizados, estrutura cujos caminhos já estavam portanto preestabelecidos. "Nesse contexto — afirma — creio que a Unicamp tem dado passos decisivos no sentido de estabelecer as diferenças necessárias em relação aos modelos convencionais. Um exemplo disso é a forma muito mais consciente e objetiva como foi realizado o seu vestibular este ano".

"Uma contribuição efetiva da Universidade só ocorrerá quando o sistema de ensino superior for reestruturado", diz. E explica: a Universidade estaria excessivamente preocupada em formar para atender ao sistema produtivo, o que significa dizer que a Universidade estaria também a reboque do processo de desenvolvimento tal como ele se apresenta; "quando a questão principal", acrescenta o prof. Ubiratan, "é promover a requalificação desse processo e estabelecer novos padrões de formação qualitativa de alunos e pesquisadores".

Longe de ver nisso razão para pessimismo, o pró-reitor de Desenvolvimento crê que a Unicamp é uma das poucas universidades brasileiras capazes de vir a conciliar o processo de desenvolvimento com o aprimoramento da qualidade acadêmica e de pesquisa. "Se há uma instituição capaz de dar um grito de alerta contra esse desenvolvimento estreito, míope, é a Unicamp", garante. E justifica sua convicção no fato de que aqui coexistem com certa flexibilidade pesquisadores das mais diferentes áreas de ensino e investigação, a maioria preocupada com a questão da busca de um novo modelo. O processo de interdisciplinaridade é um primeiro passo nesse sentido. Daí a importância da institucionalização dos Núcleos.

Casa protótipo, da experiência à prática

A Unicamp já começa a dar sua contribuição para o processo de desfavelamento da cidade de São Paulo. As cinco milhões de pessoas que moram em regime de sub-habitação, das quais 3,5 milhões em cortiços e 1,5 milhão em favelas, poderão agora contar com uma tecnologia alternativa de construção em regime de mutirão. Essa tecnologia foi elaborada pelo Núcleo de Desenvolvimento de Criatividade (Nudecri), da Universidade, sob a coordenação do arquiteto Joan Villá. No último 20 de dezembro, por determinação do próprio prefeito Jânio Quadros, que incorporou o projeto da Unicamp em sua administração, as duas primeiras casas começaram a ser levantadas numa área do Instituto Adventista, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo.

Estas duas construções representam apenas o começo de uma série de 370 previstas para Santo Amaro, além de outras 82 para o Grajaú, na mesma capital. Nos fins de semana, de acordo com o calendário clássico dos mutirões, quatro instrutores do Laboratório de Habitação da Unicamp (Afonso Narres, João Benedito Barbosa Cardoso, José Alves do Nascimento e Oswaldo Pereira Chácara) viajaram a São Paulo para orientar um grupo inicial de 50 moradores. Caberá a esses 50 repassar, em seguida, a tecnologia da casa-protótipo aos 320 demais moradores envolvidos no mutirão.

Mas o desafio para a Unicamp não pára aí. Ainda em São Paulo, no bairro Inácio Monteiro, zona leste da cidade, serão posteriormente construídas mais 370 casas dentro do mesmo sistema. Ainda este mês estarão se iniciando outras 180 casas no município de Duartina, no interior paulista. Em Campinas, as 500 casas dos funcionários da Unicamp serão construídas no distrito de Aparecidinha, com a mesma tecnologia. Nos municípios de Salto e Limeira, escolas e creches serão levantadas segundo o modelo da "casinha da Unicamp", o mesmo acontecendo em Terra Roxa, Eldorado, Bragança Paulista e Pompéia, todos no interior do Estado.

Maior e mais barata

Por suas características de baixo custo e construção em regime de mutirão, o projeto da Unicamp chegou ao conhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), que se interessou por ele. A ONU financiará a construção de modelos da casa em várias cidades nordestinas, entre elas Maceió, Natal, Terezina e Olinda. O modelo servirá para o repasse da tecnologia na região. Em seguida, outras casas se erguerão pelas mãos do pessoal local.

A tecnologia da casa popular da Unicamp está baseada em módulos e no emprego de componentes pré-fabricados com cerâmica vermelha. O aprendizado é rápido e seguro. A construção da casa popular, cujo protótipo foi desenvolvido em nove meses de pesquisa na Universidade, dispensa equipamentos pesados. Cada módulo pesa no máximo 80 quilos, podendo, portanto, ser levantado por cerca de 3 ou 4 pessoas.

Concebida sem desperdícios de material, o protótipo da Unicamp consegue a proeza de custar menos que o projeto padrão da Cohab, apesar de ter uma metragem apreciavelmente maior. O modelo da Unicamp custa hoje Cz$ 40 mil e tem 40m² de área construída. Já o projeto da Cohab, com uma metragem de apenas 18m², anda por volta de Cz$ 70 mil.

O arquiteto Joan Villá e o instrutor Afonso Narres orientam os moradores da Vila Adventista.

Quatro instrutores da Unicamp acompanham a construção das primeiras 50 casas.

Editora, o balanço de três anos

Os economistas Paul Singer e Maria da Conceição Tavares, o sociólogo Hélio Jaguaribe, o ministro Celso Furtado e jornalistas como Clóvis Rossi e Marcos Wilson. Estes são alguns dos nomes que ilustram, três anos depois, o elenco de autores de uma das editoras mais jovens do País: a Editora da Unicamp.

Instalada em 1983, a Editora terminou seu primeiro ano com um catálogo de 14 títulos e uma tiragem global de 25 mil exemplares. Isso já foi suficiente para colocá-la em sexto lugar no **ranking** das editoras universitárias brasileiras. A evolução foi rápida: em 1985 já eram 50 os títulos editados e a tiragem, durante o ano, ultrapassou os 100 mil. Posição: 3.º lugar.

Mas o salto maior deu-se mesmo em 1986, quando a Editora fechou o ano com a marca dos 95 títulos e um primeiro lugar absoluto entre as casas publicadoras universitárias — mercado onde não menos de 60 editoras disputam um lugar ao sol. Total de unidades colocadas na praça: 250 mil.

"Estes números refletem a filosofia de trabalho desenvolvida nestes 36 meses", garante o prof. Jaime Pinsky, seu diretor durante esse período e que, em janeiro último, deu por encerrada a tarefa de implantação da casa e voltou às suas pesquisas no Departamento de História do IFCH. Em sua nova fase — a da consolidação — a Editora tem à sua frente o prof. Eduardo Guimarães, diretor recém-eleito do Instituto de Estudos de Linguagem, que não se afastou da proposta inicial: operar em cima do sistema de co-edições, sem propriamente repassar fundos às editoras privadas. Em outras palavras: a Editora da Unicamp entra com a bagagem intelectual e a iniciativa privada com os gastos de ordem técnica, da produção gráfica à distribuição.

Pinsky: concluído com êxito o trabalho de implantação.

Em fins de 1986, a Editora alcançou a marca dos 250 mil volumes.

O sistema de co-edições foi, aliás, a marca com que a Editora da Unicamp se iniciou e prosperou. Não são co-edições nos moldes comuns, já que a Universidade nada desembolsa. Isto é que a diferencia das demais editoras universitárias. O sistema a essa altura já vem sendo utilizado por outras casas.

Outra diferença é que, em vez de propor a co-edição pura e simples de um livro, a Editora da Unicamp preferiu trabalhar com a "venda" de projetos editoriais compactos, que contivessem uma orientação temática ou uma coerência aproximativa. Os resultados dessa política podem ser conferidos pela boa aceitação da coleção "Discutindo a História", realizada em conjunto com a Editora Atual. O **best-seller** da coleção é o ensaio "O renascimento", de Nicolau Sevcenko, já na quinta edição e com 20 mil exemplares vendidos — "um recorde em termos de editoras universitárias", garante Pisnky.

Outra coleção lançada há pouco e que já começa a conquistar seu espaço no mercado editorial é a "Como Enfrentar", no momento com treze títulos. São trabalhos encomendados a especialistas da área médica, de linguagem fácil e destinados ao público em geral. Enxaqueca, stress, velhice, câncer ginecológico, pânico, doenças da próstata e epilepsia são alguns dos temas escolhidos para dar impulso inicial à coleção. Em menos de dois meses "O Stress", da prof.ª Marilda Novaes Lipp, teve esgotada sua primeira edição de 3.000 exemplares. Co-editada com a Ícone, espera-se para a "Como Enfrentar" o mesmo êxito da "Discutindo a História".

Para Pinsky, cada livro deve atender às expectativas de seu mercado potencial. Sempre houve nas universidades uma vasta gama de temas que, por terem um público potencial restrito, jamais alcançavam o prelo. Para dar vazão a essa produção, que geralmente circula em forma de apostilas, a Editora da Unicamp lançou mão do processo fac-similar e lançou, a baixo custo, as coleções "Teses", "Manuais", "Debates" e "Pesquisas". Entendendo a importância dessas linhas de publicações, o Ministério da Educação alocou recentemente para a Editora uma verba de Cz$ 790 mil. Esse dinheiro garantirá, para 1987, o lançamento de mais 62 títulos.

Caro: o homem, o professor, o artista

Ele é um daqueles para os quais o dia tem 36 horas. Daí a explicação para o fato de que, num mesmo dia, quase sempre ele pode ser visto trabalhando em três locais diferentes. Um desses locais é a sala de direção do Instituto de Artes da Unicamp, onde exerce as funções de diretor associado. Mais tarde pode-se encontrá-lo frente a uma sala de aula: trabalho não menos árduo que redigir ofícios e desembaraçar o novelo burocrático. E quando se espera que ele esteja cansado e vá dormir, lá está ele fazendo o que faz há 45 anos: combinando tintas e imagens no ateliê-oficina de sua casa.

Bernardo Caro, professor do Departamento de Artes Plásticas do IA/Unicamp — de onde foi coordenador durante quatro anos —, casado, três filhos ("já sou avô"), é hoje referência obrigatória em qualquer levantamento da produção artística visual a partir dos anos 60.

Ao longo de sua trajetória artística, que já se arrasta por quase meio século, há uma característica que marca o trabalho de Bernardo Caro: a pesquisa. Ou, como diz, o levantamento de hipóteses e de questionamentos, seguido da tentativa de apresentar soluções plásticas expressivas. E é desse princípio que se pode verificar, de modo bastante acentuado, suas várias fases e mudanças, tanto técnicas quanto de propostas.

Misturando Tintas

Entretanto, quando começou a se interessar por pintura, isto por volta de 1938/39, Bernardo diz que "nunca poderia imaginar que um dia fosse viver de arte, ser um profissional da área". E muito menos que partiria para o que ele chama de "levantamento de hipóteses". Como começou? Bernardo Caro demora na resposta, pensa e conta que ficava espreitando pelas janelas de um velho casarão que havia na rua Luzitana, onde funcionava um ateliê de pintura, os artistas trabalhando, misturando tintas. Começava a "saborear" o odor de tinta a óleo observando o ritmo das pinceladas na textura da tela branca.

Naquele tempo tinha apenas um sonho. Um sonho simples, até: ter um tubo de tinta e um pincel na mão. "Parece até romantismo de minha parte, mas é a pura verdade". Até que certo dia ganhou o pincel e as três cores primárias; daí para diante não parou mais. E passou a executar tudo o que tinha observado anteriormente e, "através de grandes fracassos e pouquíssimas vitórias, fui criando uma técnica de pintura que seria a mescla de um empirismo através da observação".

O traço fino e vigoroso da nova série, os "neonlúdios".

Autodidata? Não se sabe se pode ser classificado como tal. Nunca sentou num banco de escola de arte. "Tudo foi na base da observação e do descobrimento dos grandes mestres". Filho de imigrantes espanhóis, fez o curso superior em escolas do Rio e de São Paulo. Foi professor de Desenho e Trabalhos Manuais em diversas escolas do interior: como Uchoa, Tanabi, Amparo, Valinhos e Campinas, até que veio parar na Unicamp depois de ter lecionado doze anos no Departamento de Artes Plásticas da Puccamp, do qual foi também chefe de departamento durante quatro anos.

Movimento Modernista

Bernardo Caro estava com 27 anos quando, em 1958, Campinas começava a receber — com 46 anos de atraso! — os primeiros influxos do movimento de Arte Moderna desencadeado no Brasil por Anita Malfatti, Tarsila do Amaral e outros. Todavia, a arte da cidade começou a se desenvolver com características próprias a partir do surgimento de um grupo denominado "vanguarda". Thomaz Perina e Geraldo Jurgensen, Mário Bueno e Raul Porto foram praticamente os primeiros artistas da cidade a enveredar pelos caminhos da arte contemporânea. "A essa altura — conta Bernardo — havia aparecido por aqui um outro grupo pregando suas idéias, o Grupo de Arte Concreta de São Paulo, realizando palestras no Centro de Ciências, Letras e Artes, com a participação de Décio Pignatari. Eu ia a essas palestras como ouvinte, aí comecei a assimilar alguns dos novos conceitos".

Caro: cerca de 140 exposições e mais de 30 prêmios.

O "Grupo Vanguarda" durou cerca de oito anos e como seu objetivo era conquistar espaços, Bernardo acha que se pode considerá-lo vitorioso. "Tanto é que — diz ele — em 1966 a Secretaria de Educação e Cultura de Campinas criou o Museu de Arte Contemporânea de Campinas, instituindo o primeiro Salão de Arte Contemporânea da cidade que se transformaria no maior laboratório das artes plásticas e visuais do Brasil, durante algum tempo, depois da Bienal Internacional de São Paulo".

Citado no dicionário Brasileiro de Artes Plásticas (MEC) e na Grande Enciclopédia Delta-Larousse, além de importantes revistas especializadas, Bernardo Caro diz já não se lembrar de quantas telas pintou. Numa retrospectiva que fez há alguns anos, chegou a reunir 270 obras, sendo que 90% delas estão em seu poder.

Participou, ao longo de sua carreira, de aproximadamente 140 exposições, entre coletivas e individuais, e obteve mais de 30 prêmios não só em Campinas como nos mais importantes salões do Brasil. Entre eles, alguns fora da pintura: em 77 conquistou o Prêmio de Melhor Trilha Sonora com seu curta-metragem "Tabela", no Festival Super-8 de Curitiba. Esse filme daria a Bernardo, no mesmo ano, o Prêmio de melhor filme experimental latino-americano, na Argentina, e no ano seguinte o prêmio de melhor Filme de Arte, no Festival Super-8 de Aracaju.

Vem do Sul o melhor contista

Antonio Augusto Mariante Furtado (RS), Flávio Fávero (SP) e Regina Benitez (PR) são os três primeiros classificados no Concurso Nacional de Contos da Unicamp, que contou com a participação de aproximadamente 250 trabalhos de autores de todo o Brasil. A Universidade concedeu prêmios no valor de Cz$ 10.000, sendo Cz$ 6.000 para o primeiro colocado, Cz$ 3.000 para o segundo e Cz$ 1.000 para o terceiro classificado.

O concurso — que fez parte do programa de atividades comemorativas dos vinte anos de fundação da Unicamp — teve como objetivo principal valorizar e incentivar autores de textos inéditos.

Antonio Augusto Furtado conquistou o primeiro lugar com o conto "A putrefação de vovó". Gaúcho de Porto Alegre, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC do Rio Grande do Sul, Antonio Augusto já é detentor de alguns prêmios literários: Prêmio Habitasul, em 82, com o conto "Sonho I (Caso Objetivo)" e Prêmio Petrobrás, com "O Mensageiro". Participou ainda com dois trabalhos da antologia "Geração 80" (Mercado Aberto/84), com "Sonho I (Caso Objetivo)" e "Zona Tórrida".

Antonio Augusto começou a escrever aos 14 anos e diz que, quanto ao prêmio, "é uma satisfação pessoal muito grande, não tanto pelo dinheiro, mas pelo reconhecimento do meu trabalho."

Flávio Fávero, ganhador do 2.º prêmio com o conto "O galinheiro", é paulista e sociólogo formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da USP. "...E meus olhos aguados riem dela" é o conto que deu o terceiro lugar à paranaense Regina Benitez, jornalista que atua na Assessoria de Imprensa da Secretaria de Cultura e Esporte do Paraná.

vida universitária

DE OUTROS CAMPI

ARTEunesp — A Unesp acaba de ganhar mais uma revista que se soma às outras quatorze já publicadas pela Universidade. Trata-se da "ARTEunesp", editada pelo Centro de Publicações Científicas e Culturais (CPCC) e pelos docentes da área de Arte. O diretor da publicação é o prof. Irineu de Moura.

1987, ano difícil para a UFPR — Este será um ano difícil para a Universidade Federal do Paraná. O prognóstico é do prof. José Henrique do Carmo, pró-reitor de Planejamento. Segundo ele, a proposta orçamentária encaminhada ao MEC que solicitou recursos da ordem de Cz$ 1,4 bilhão, foi reduzida em 52%. O corte exigirá mudanças no plano administrativo para este ano.

Ciência Florestal — O Conselho Federal de Educação renovou o credenciamento do curso de mestrado em Ciência Florestal da Universidade Federal de Viçosa. O curso, com concentração nas áreas de Silvicultura, Manejo Florestal e Tecnologia da Madeira, vem recebendo o conceito "a" nas avaliações periódicas feitas pela Capes e já teve 70 teses defendidas até o momento.

No campus da UFAL — Com um financiamento de cerca de 12 milhões de dólares através do Programa MEC-BID II, a Universidade Federal de Alagoas está ampliando seu campus universitário. O projeto prevê uma população de 10 mil alunos, além de professores e funcionários. A expectativa é que ainda este ano fiquem prontas as obras em desenvolvimento no campus da UFAL.

Pesquisa à mostra — No mês de dezembro último, a Universidade Federal do Acre promoveu uma verdadeira prestação de contas de suas atividades à comunidade local. Nos dias 10, 11 e 12 de dezembro foi realizada a I Mostra da Produção Intelectual da UFAC. Trabalhos e pesquisa sobre animais extintos do Acre, educação ambiental para alfabetizar e o ciclo da borracha no Acre foram algumas das pesquisas demonstradas ao público.

UFRJ desenvolve Plurix — O Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro desenvolveu o sistema operacional Plurix para computadores. O sistema será usado pela indústria brasileira de informática. Ainda no decorrer no primeiro trimestre deste ano será feito o primeiro licenciamento do Plurix da UFRJ para a Empresa Brasileira de Computadores e Sistema S.A.

Congresso Nacional de Andes, em Goiânia — O 6.º Congresso da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) foi realizado, em Goiânia, de 25 a 31 de janeiro último. Representando a Unicamp participaram, como delegados, os professores Edmundo Fernandes Dias (IFCH), José Vitório Zago (IMECC) e Helena Costa Lopes (FE). Pela diretoria da Adunicamp (Associação dos Docentes da Unicamp) foi indicado o prof. José Suassuna Filho (IFGW). Os principais temas debatidos no Congresso da Andes foram: Movimento Docente, Universidade e Constituição.

Ciência "on line" — O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), introduzirá, ainda este ano, o sistema "on line" para intercâmbio de informações científicas em todo o País. O sistema permitirá que o pesquisador interessado solicite, através de terminais de computadores, o relatório desejado. Se o texto for curto será impresso automaticamente. Se for longo, será transmitido à noite para não gerar congestionamento na linha.

Reformulação no INPA — O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) que estava vinculado ao CNPq passará agora a funcionar em regime de autarquia autônoma com ligação direta ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A transferência do INPA para o MCT será acompanhada de toda uma reorientação das atividades técnico-científicas ali desenvolvidas, visando dinamizar os trabalhos que passarão agora a ter maior apoio financeiro. Os docentes do INPA terão também um novo plano de cargos e salários. O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia vinha perdendo seguidamente seus pesquisadores em função dos baixos salários oferecidos.

O Populismo no Pará — A professora Denise Simões, do Departamento de Sócio-Política da Universidade Federal do Pará (UFPA), está pesquisando a história do populismo no Estado, no período de 30 a 35. Um dos personagens principais de seu trabalho é Magalhães Barata, que foi interventor e governador do Pará durante 30 anos. A professora Denise vem encontrando dificuldades na coleta de dados devido à escassez de documentação da época.

ENCONTROS

Congresso do CRUB — O reitor Paulo Renato Costa Souza participa da XLIV reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), que se realiza em Fortaleza, na Universidade Estadual do Ceará, de 2 a 6 de fevereiro. Os principais temas em debate no congresso de Fortaleza são: Reforma Universitária e a estratégia de ação do CRUB em relação à Constituinte.

Encontro Cultural — A partir do mês de março, o Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) iniciará uma série de promoções culturais a serem realizadas na Universidade todas as quintas-feiras, às 12h30m. O projeto prevê a realização de shows, apresentações de corais, encenações de peças teatrais e todo tipo de manifestação artística. A idéia é ampliar a vida cultural da Unicamp.

II EBAI em Buenos Aires — Será realizada de 9 a 22 de fevereiro, na Universidade Nacional del Centro de la Província de Buenos Aires, a II Escola Brasileiro-Argentina de Informática. A II EBAI dista exatamente um ano do primeiro encontro realizado em Campinas, com a participação do ministro brasileiro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, e do ministro argentino da área, Manoel Sadoski. Participaram do encontro na ocasião cerca de 500 estudantes entre brasileiros e argentinos. A exemplo do que aconteceu no ano anterior, também desta vez está prevista a realização de cursos da área e dois laboratórios de Microeletrônica de Engenharia de Software. Durante o encontro, 30 pesquisadores, dos quais cinco da Unicamp, darão prosseguimento ao Projeto Ethos (Estação de Trabalho Heurística Orientada para Engenharia de Software), quando o debate versará sobre as máquinas de quinta geração.

O Comitê Executivo da II EBAI é presidido, do lado brasileiro, pelo prof. Léo Pini Magalhães, da Faculdade de Engenharia Elétrica da Unicamp, e do lado argentino pela professora Viviana Rubinstein. O prof. Hélio Waldman, pró-reitor de Pesquisa da Unicamp, também participará da II EBAI dando um curso sobre "Processamento de Sinais Digitais". Outros temas do encontro: "Engenharia do Conhecimento e Sistemas Especialistas", "Engenharia de Software", "Arquiteturas não convencionais", "Robótica" e "Processamento de voz".

Seminário na Índia — O prof. Márcio Campos, do Instituto de Física, é um dos três cientistas brasileiros convidados a participar do Seminário Internacional "Significado e Lugar do conhecimento em Ciência Básica com o propósito de universalizar e reestruturar a educação elementar". O seminário será realizado em Bombaim, na Índia. Os outros dois cientistas são Ênio Candotti e Vanilda Pereira Paiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES

"Sabor-Saber" — Já está circulando o n.º 5 do jornal "Sabor-Saber", publicação da Assessoria Especial para Assuntos de Ensino da Unicamp. O jornal, tendo à frente como editor o prof. Rubem Alves (ilustrações e arte-final de André Alvarez), traz artigos dos professores Ubiratan D'Ambrósio ("Filosofia de Educação"), Carlos Alfredo Arguello ("Ensino da 'Ação' em Ciências"), José Antenor Ponilio ("Teoria e Laboratório"), Enrique Ortega ("E Agora Unicamp?"), João Batista Freire da Silva ("O Garoto da Minha Rua") e João A. F. Rocha Pereira ("A Universidade e a Futura Geração"), além de Roberto Corrêa de Cerqueira Cesar, da Engenharia Química; e Orlando Celso, funcionário do IA.

"A cegueira trocada em miúdos" — Com este título, o Departamento de Oftalmologia da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp preparou e está distribuindo à população em geral, um folheto contendo sugestões e dicas de como se deve relacionar com deficientes visuais. O folheto busca também desfazer os mitos que envolvem a figura do indivíduo cego. O folheto, subdividido em três capítulos — Preconceitos, Situações e Orientações —, foi elaborado por Helena Flávia de Rezende Melo, professora de Orientação e Mobilidade e coordenadora do Núcleo de Prevenção de Cegueira da FCM/Unicamp. "A cegueira trocada em miúdos" será distribuído a professores, alunos de 1.º e 2.º graus e familiares de deficientes visuais.

O passeio da câmara

O repouso do guerreiro: antes do segundo tempo, meia hora de merecido descanso.

EM DIA

Moradia para estudantes — O Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) está renovando seu banco de dados sobre moradia na cidade de Campinas. O SAE oferece um serviço de apoio aos estudantes da Universidade, principalmente aos calouros que chegam de outras cidades — cerca de 60% dos vestibulandos. Através do Fundo de Apoio à Moradia, o SAE oferece ao estudante que não conta com fiador uma carta de fiança.

Recadastramento de estrangeiros — O recadastramento de estrangeiros (professores, alunos e funcionários), poderá agora ser feito na própria Universidade. O SAE (Serviço de Apoio ao Estudante) obteve autorização junto à Polícia Federal para fazer o recadastramento na Unicamp, evitando assim a ida dos estrangeiros a São Paulo. Os interessados devem procurar o Sr. Valfredo no SAE, ou através do ramal 2393, até 15 de março. Devem levar três fotos 3x4, original da carteira de estrangeiros atualizada e fotocópia autenticada da mesma, além do passaporte. O formulário pode ser adquirido na Gráfica Muto (R. Abolição, 257, em Campinas). Obs.: as fotos 3x4 devem ser em papel fino, liso e brilhante e sem retoques (colorida ou em preto e branco).

Unicamp ligada ao RENPAC — Os computadores da Unicamp estão agora ligados aos serviços Renpac (Rede Nacional de Comutação de Pacotes), através da Embratel. Qualquer micro ligado ao sistema VAX do Centro de Computação da Universidade poderá se utilizar do serviço. Dessa maneira, os pesquisadores da Unicamp poderão recorrer aos serviços de Telex, Cirandão e Interdata para acessar inclusive bases de dados internacionais. A interligação da rede interna da Unicamp ao Renpac agilizará o trabalho dos docentes da Universidade, que poderão solicitar artigos de referência a partir de diferentes bancos de dados diretamente para sua mesa de trabalho.

Embaixador da Grã-Bretanha da Unicamp — O embaixador da Grã-Bretanha, John Ure, em companhia de sua esposa, Caroline Ure, visitou a Unicamp no último dia 16, ocasião em que, recepcionado pelo reitor Paulo Renato Costa Souza, disse que seu país tem muito interesse em tomar conhecimento sobre o que a Universidade está desenvolvendo em termos de pesquisa. Principalmente nas áreas de Medicina e Física. John Ure visitou ainda o Departamento de Artes Plásticas, o Instituto de Física (laboratório de Pesquisa em Dispositivos de Semi condutores) e Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (CAISM).

Doação ao Centro de Memória — O prof. Antônio Ferreira Cesarino Júnior (jornalista, escritor, médico e advogado), doou todo o seu arquivo particular ao Centro de Memória da Unicamp. Do arquivo constam correspondência, publicações e documentos diversos, hemeroteca, quadros e trabalhos publicados, cobrindo uma trajetória que se estende por mais de 80 anos. Bacharel em Ciências e Letras pelo Colégio "Culto à Ciência" em 1923, Cesarino Júnior foi professor titular das Faculdades de Direito e Economia da USP. O acervo do Centro de Memória, agora ainda mais enriquecido com o arquivo do prof. Cesarino Júnior, está à disposição de alunos, professores e pesquisadores.

Nomeado diretor do Centro de Pesquisas Químicas e Biológicas — O Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas e Biológicas, recentemente adquirido pela Unicamp das indústrias Monsanto, já tem diretor: é o prof. Walace Alves de Oliveira, ex-assessor de recursos orçamentários e ex-diretor do Instituto de Química. Para responder pela Assessoria de Recursos Extra-Orçamentários, cuja coordenação o prof. Walace vinha exercendo até então, foi designado Renato Pires da Silva Filho.

Laboratório Síncrotron — O prof. Cylon Eudóxio Tricot Gonçalves da Silva, do Instituto de Física, foi escolhido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para dirigir o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, que está em processo de instalação em Campinas, nas imediações da Unicamp.

Cientista da Unicamp é premiado — O prof. Fernando Marques, do Departamento de Metalogênese e Geoquímica do Instituto de Geociências da Unicamp, juntamente com o pesquisador paranaense Adolar Piesk, recebeu, no dia 30 passado, das mãos do presidente Sarney, o maior prêmio nacional na área de Ciência e Tecnologia, o "Prêmio Almirante Álvaro Alberto". O prêmio, no valor de Cz$ 450 mil, já foi dado a Celso Furtado e Mário Schemberg, entre outros cientistas brasileiros.

TESES

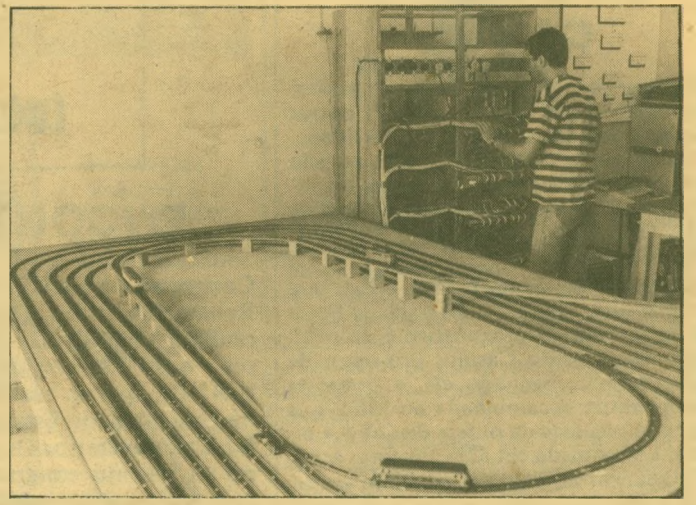
Teses Programadas — Está prevista para os próximos dias a seguinte defesa de tese:

"O método da colocação em espaços polinomiais por partes: aspectos gerais e aplicações a um problema parabólico não linear." Tese a nível de mestrado em Matemática Aplicada. Área de Análise Aplicada. Candidato: Edson Rodrigues Carvalho. Orientador: prof.ª Maria Cristina Cunha Bezerra (IMECC/UNICAMP). Dia 6/02, às 10 horas no IMECC.

Teses defendidas — Foi defendida a seguinte tese:

"Acometimento da medula óssea em linfomas não Hodkin do Adulto e suas correlações clínicas e laboratoriais. Tese a nível de doutorado, área de Medicina Interna. Candidato: Cármino Antonio de Souza. Dia 9/02.

Dos laboratórios da FEE têm saído pesquisas de alta aplicabilidade social.

Neste laboratório, com o auxílio de computadores, simula-se o funcionamento do metrô de São Paulo.

FEE, autonomia com responsabilidade

Durante os três últimos anos, os cursos da atual Faculdade de Engenharia Elétrica (FEE), desmembrada recentemente da Faculdade de Engenharia de Campinas (FEC), foram considerados os melhores do País, tanto a nível de graduação como de pós-graduação.

Para o prof. Celso Pascoli Bottura, chefe do Dept.º de Máquinas e Sistemas Inteligentes (em implantação), "a área de Engenharia Elétrica é uma das poucas em que o Brasil tem capacitação científica e tecnológica tradicional, sendo que, para atingir tão elevado conceito, o curso de Engenharia Elétrica teve que suplantar outras já com renomada experiência nessa área".

Dos laboratórios dessa unidade da Unicamp já saíram pesquisas inéditas que contribuíram substancialmente para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. Exemplo: uma série de estudos sobre tráfego urbano destinados a minimizar problemas de trânsito durante a construção do metrô de São Paulo.

Tudo começou na década de 70, época em que a Faculdade de Engenharia de Campinas ainda funcionava nas dependências do Colégio Técnico da Unicamp (Cotuca). Contava com apenas dois cursos: Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. O quadro de professores não passava de 30 e o número de funcionários não chegava a 20. As aulas eram ministradas por professores que trabalhavam nas indústrias de Campinas e região. Mas o professor Manoel Sobral Júnior — praticamente o criador da FEC — achava que esses dois cursos seriam melhor ministrados se as aulas fossem dadas por docentes profissionais e em tempo integral. Com isso, saiu à cata desse tipo de profissional. "Não demorou muito para que constituísse um quadro de alto nível didático", observa o prof. Yaro Burian Júnior, coordenador do Curso de Graduação da FEE, que veio do ITA para a Unicamp, a convite do prof. Sobral, onde está desde 1971. Na época a FEC tinha duas grandes metas de pesquisas: a Engenharia de Informação ou Computação e Controle e Engenharia de Sistemas de Energia Elétrica, "hoje com equipes reconhecidas internacionalmente", ressalta Yaro. Com o passar do tempo, outras áreas foram se desenvolvendo, entre elas a de Telecomunicações e Microeletrônica.

Sem problema de dinheiro

Para o prof. Yaro, naquela época, isto é, década de 70, a questão do dinheiro não chegava a ser problema no que diz respeito ao desenvolvimento de programas de pesquisas. "Não que não precisássemos", diz o professor. "Dinheiro nunca chegou a ser problema porque os orçamentos de que dispúnhamos eram suficientes. Naquele tempo a Faculdade mantinha diversos convênios com entidades nacionais que ofereciam recursos e concediam assuntos para pesquisas. Entre elas, o Instituto Brasileiro do Café (IBC), para contagem de cafeeiros por aerofotografias, o Metrô de São Paulo e a Telebrás."

Por volta de 77/78, contudo, a FEC começou a esbarrar, embora levemente, na questão de dinheiro: havia certa dificuldade com relação à obtenção de verbas destinadas à reposição de equipamentos didáticos. Mas o prof. Yaro explica que "isso não chegou a afetar o desenvolvimento de nossas pesquisas. Era um problema circunstancial em decorrência da crise econômica que vivemos até hoje. E não uma particularidade nossa".

Nível elevado

Em 77, o CFE — Conselho Federal de Educação — baixou a Resolução 48/76, que reformulava os cursos da área de Engenharia, o que obrigou todo o corpo docente a repensar o ensino que vinha desenvolvendo, rediscutir as disciplinas, os objetivos do curso, sua filosofia, culminando com à implantação de um currículo completamente novo. "Com isso foi possível melhorar consideravelmente o nível de nossos cursos", observa Yaro. Todavia, segundo ele, trata-se de cursos que precisam ser constantemente atualizados, dada a evolução rápida da Engenharia Elétrica no Brasil. "Esta é hoje uma das principais preocupações do nosso diretor, o prof. Evandro Conforti", diz.

Para comprovar a qualidade dos cursos da FEE, assim como seu nível de aceitação pelos estudantes, o prof. Yaro lembra que o índice de evasão no curso de graduação da Faculdade é zero. Quanto à pós-graduação, sob a coordenação do prof. Mauro Sérgio Miskulin, cerca de dois terços dos estudantes de doutorado em Engenharia Elétrica no Brasil são alunos da FEE, que até hoje formou 226 mestres e 55 doutores, sendo atualmente o maior curso da Unicamp, com 417 alunos regulares e 181 especiais.

A criação da FEE, em setembro do ano passado, segundo o prof. Evandro Conforti, "ampliou de maneira significativa os canais de participação e de decisão junto à direção superior da Unicamp, possibilitando a agilização dos processos burocráticos e a gerência eficiente dos cursos de graduação e pós-graduação". Paralelamente, as atividades didáticas e de pesquisa deverão ser descentralizadas através da criação de onze departamentos de pesquisa e ensino e cinco comissões permanentes.

Por outro lado, de acordo com Evandro, antes da criação da FEE o antigo Departamento de Engenharia Elétrica havia atingido proporções exageradas, com mais de 100 professores, grande número de pesquisas e, sobretudo, a responsabilidade sobre o maior programa de doutorado do País. Isso acarretava sérias dificuldades para se poder administrá-lo de modo eficiente. "O que não queríamos era perder o fórum de debates ligados ao curso de Engenharia Elétrica", diz o prof. Yaro, salientando que hoje a coisa já funciona de maneira bem mais satisfatória.

Reequipamento

Um outro ponto de importância fundamental, priorizado a partir da criação da FEE, foi o reequipamento dos laboratórios de ensino. No final do ano passado foram adquiridos 14 osciloscópios de 20 MHZ e 3 geradores de função. Espera-se ainda, para o início deste ano, dois conjuntos didáticos de máquinas elétricas, várias fontes de tensão e corrente, além de parte dos equipamentos computacionais adquiridos pela Unicamp.

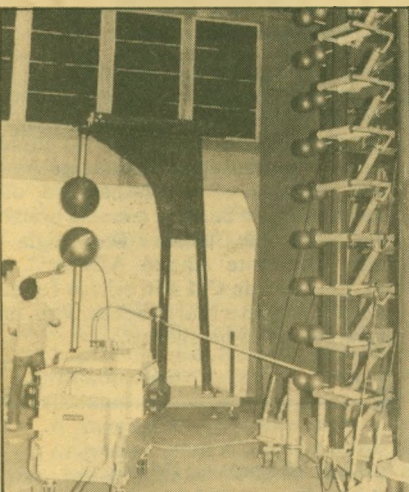
Evandro, por outro lado, adianta que a partir de agora serão intensificadas as negociações visando à aquisição dos equipamentos importados para os Laboratórios de Eletrônica e Dispositivos (LED), Alta Tensão, Telecomunicações e Comunicação Óptica, Laboratório de Controle, Laboratório de Computação e Automação Industrial, Laboratório de Telemática e outros.

O diretor da FEE diz que "a consecução dos objetivos de reequipamento desses laboratórios tem importância fundamental para a superação das dificuldades atuais referentes à realização de experimentos de ensino e pesquisas em níveis compatíveis com o estágio atual, tanto da indústria quanto de centros de pesquisas".

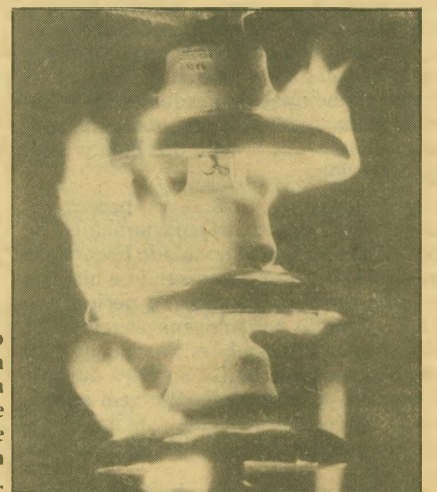
Além disso — ainda segundo Evandro — deverão ser buscados maiores recursos, tanto a nível institucional como de grupos de pesquisas junto a órgãos oficiais de financiamento, "de modo a intensificar a integração da FEE com o esforço de maturação tecnológica do País".

Convênios

A FEE e o Instituto de Física da Unicamp, de acordo com Evandro, contribuíram de modo significativo para a instalação de várias indústrias de tecnologia de ponta e centros de pesquisa em Campinas. Entre eles, destacam-se a ABC X-TAL, a PHT, a Elebra, o Centro de Pesquisas da Telebrás e o CTI (Centro Tecnológico para a Informática).

A Faculdade sempre manteve convênios com esses centros e indústrias. Um dos mais importantes, no passado, foi com a Cia. Metropolitana de São Paulo, oportunidade em que foram feitos a revisão do projeto original do Sistema de Controle de Trens do Metrô, o desenvolvimento de um sistema de freio intermediário, bem como um simulador da linha Norte-Sul. Com a Telebrás, época em que ainda não havia o CPqD, foi desenvolvido o Sistema de Modulação por Codificação de Pulsos de 30 Canais Telefônicos, do qual resultaram os sistemas industriais hoje fabricados, entre outras, pela Elebra.

O gerador de impulsos do Laboratório de Alta Tensão.

Yaro, coordenador de pós-graduação: "Um quadro de docentes de alto nível."

Evandro, o diretor: preocupação permanente com a atualização dos cursos.

Processo de descarga de alta tensão durante o teste de um isolador.